



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

EDITAL Nº 39/2022

Processo nº 00012.002628/2021-43

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022-CPL/SESAPI. PROCESSO SEI 00012.002628/2021-43 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 7.482/2021; Lei Estadual nº 6.301/2013; Decreto Estadual nº 11.319/2004; Decreto Estadual nº 16.212/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Federal nº 7.892/2013 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na **Parte Específica** deste Edital.
- 1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
- 2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes.
- 2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.
- 2.4. A forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência, Anexo I.
- 2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do Banco do Brasil S/A e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.
- 2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, se haverá formação de cadastro de reserva.
- 2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:
 - 2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;
 - 2.7.2. adesões;
 - 2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;
 - 2.7.4. vigência.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Os Proponentes interessados em participar desta licitação ou ter acesso ao aplicativo *licitações-e* deverão efetuar seus credenciamentos junto ao órgão provedor do sistema - Agências do Banco do Brasil sediadas no País - onde receberão chave de

identificação e senha pessoal (intransferíveis), de acordo com as informações constantes no portal www.licitacoes-e.com.br, e deverão estar aptos para encaminhar as propostas comerciais por meio eletrônico até a hora e data indicadas no subitem 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão aderir ao sistema *licitações-e* e cadastrar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), conforme procedimento contido no manual do fornecedor, disponível no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

3.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha pessoal, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil ou à Contratante a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha pessoal, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou quebra do seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, o Banco do Brasil, para imediato bloqueio do acesso.

3.6. O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada em todos os itens integrantes de cada item ou lote, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em uma eventual negociação entre as partes.

3.7. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. Os interessados em participar do Pregão poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil, telefone: 0800 729 0500, ou diretamente no site "www.licitacoes-e.com.br".

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que tenham optado pelo cadastramento no Sistema do Banco do Brasil através do portal licitacoes-e.com.br.

4.1.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Estadual 16.212/2015.

4.2.1. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

4.2.2. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.3. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes e seus representantes legais previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico do Banco do Brasil, conforme item 3 deste edital.

4.4. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

4.4.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

4.4.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

4.4.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

4.4.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

4.4.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 4.4.4.

4.4.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

4.4.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

4.4.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 4.4.1;

4.4.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 4.4.1.

4.5. Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- c) Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidade da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida;
- d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- e) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;
- f) Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócios, sejam servidores, empregados, ocupantes de cargo comissionado do Estado do Piauí, ou responsável pela licitação da Contratante;
- g) Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Como requisito para participação do pregão, o licitante deverá manifestar, antes de registrar sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno atendimento aos requisitos da habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e todos os seus anexos, sujeitando-se às sanções legais e as previstas neste Edital na hipótese de declaração falsa.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Junto ao valor global da proposta deverão estar inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas relativas à execução do objeto.

5.4. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5.5. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá utilizar campo próprio para a especificação das características do objeto ofertado.

5.6. Caso o PROPONENTE anexe qualquer arquivo contendo informações não exigidas no Edital ou que somente deveriam ser apresentadas em outra etapa da licitação, o órgão licitante não efetuará sua análise.

5.7. Até a data e hora definidas para a abertura das propostas, os PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

5.8. A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública, ressalvada a definição de prazo maior na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com o acompanhamento pelos participantes em tempo real.

5.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação pelo pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

6. DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES

6.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço ou maior desconto por lote, item ou adjudicação global, conforme definições estabelecidas na **Parte Específica** deste Edital.

6.1.1. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital

6.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.3. Na condução da fase pública do pregão eletrônico, o Pregoeiro, desde a abertura inicial dos lances até o resultado final do certame, irá avisar previamente aos licitantes, via sistema (*chat*), sobre eventual suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previsto para a reabertura da sessão.

6.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 6.7. Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, sendo que o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será definido na **Parte Específica** deste Edital, se for o caso.
- 6.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.13. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.14. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.15. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o modo de disputa do presente certame será “aberto” ou “aberto e fechado”, sendo ali detalhados os respectivos procedimentos.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, ou por sociedade cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei 11.488/2007, encerrada a fase de lances, o sistema detectará a existência de eventual empate ficto, procedendo-se da seguinte forma:
- 6.17.1. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por alguma das entidades referidas no subitem 6.17 acima, e houver proposta apresentada por elas em até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, o sistema convocará automaticamente, na sala de disputa, a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, utilizar seu direito de preferência e apresentar novo lance inferior ao melhor lance registrado;
- 6.17.2. Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;
- 6.17.3. Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;
- 6.17.4. O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou conforme regras estabelecidas neste edital;
- 6.17.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou cooperativas remanescentes que se enquadrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;
- 6.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.17.8. Caso não ocorra a contratação de microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa, nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.18. Em caso de eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:
- 6.18.1. Produzidos no País;
- 6.18.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 6.18.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.19. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 6.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, o sistema eletrônico procederá à classificação final das licitantes. Somente então o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.20.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Após o final da etapa de lances, o pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado, contendo as especificações detalhadas do objeto e documentação complementar, se for o caso, obedecendo integralmente ao **Anexo III** deste edital (**formulário de apresentação de proposta de preços**).

7.1.1. A proposta deverá indicar a MARCA e o MODELO de todos os itens ofertados.

7.1.2. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de CATALÓGO dos itens cotados, que deverá ser apresentado no prazo máximo de 01 (um) dia.

7.1.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o preço previsto no edital e a compatibilidade com as especificações técnicas do objeto, levando em consideração a última oferta oferecida pelo licitante na sessão.

7.3. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer ofertas de vantagens ou condições não previstas no instrumento convocatório.

7.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.5. Somente será considerada como a vencedora da licitação a proponente que apresentar o menor preço (ou maior desconto) e a proposta comercial de acordo com todas as condições fixadas neste edital e seus anexos, após a equalização, classificação e realização dos lances, e que seja devidamente habilitada nos termos do item 8 deste edital.

7.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências contidas neste edital e anexos, extrapolem o preço máximo fixado, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, ou manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas que não venham a ser demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.7.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.7.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.7.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.7.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.7.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.7.6 Estudos setoriais;

7.7.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.7.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.7.9 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.8. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro exigirá apresentação de amostra do item no prazo de **10 (dez) dias corridos**.

7.8.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

7.8.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

7.8.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

7.8.4. Em até 2 (dois) dias úteis após o prazo de envio da amostra, a Contratante remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovando o item submetido à análise prévia.

7.8.5. Em sendo desaprovado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o Pregoeiro deverá notificar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

7.8.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.8.7. A amostra aprovada pela Contratante servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

7.8.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia.

7.8.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

7.8.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Contratante para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

7.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.11. No caso de divergência entre o valor da cotação por extenso e em algarismo cardinal, será considerada a primeira, e havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário, notadamente para efeito de julgamento e classificação das propostas de preços.

7.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital sob pena de inabilitação.

8.1.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do **Cadastramento Unificado de Fornecedores – CADUF/PI** (*habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira*), com fundamento no artigo 2º do Decreto 11.320/2004 e no artigo 4º, XIV, da Lei nº 10.520/02 c/c §2º, do artigo 34, da Lei nº 8.666/93.

8.1.2. A apresentação de Certidão de Regularidade Cadastral junto ao CADUF/PI somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Caso a empresa não esteja inscrita no CADUF/PI ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.1.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes bancos de dados:

8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

8.2.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

8.2.5. Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços do Estado do Piauí – CADUF;

8.2.6. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

8.3. A consulta aos cadastros referidos no item anterior poderá ser feita pelo Pregoeiro em qualquer momento do procedimento licitatório.

8.4. Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, deverão ser apresentados, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.4.3. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

8.4.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.5. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.6. Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte - segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;
- f) No caso de cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.
- h) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.
- i) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na **Parte Específica** deste Edital.

8.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observado o prazo de validade constante na própria certidão. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, será válida, para fins de qualificação econômico-financeira, a emissão de certidão, pela instância judicial competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme Acórdão TCU nº 1201/2020 – Plenário.
- b) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, [Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15](#):

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

- c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.
- d) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, bem como os índices contábeis exigidos, deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios

8.6.4. REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
- d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7. Se, pelas documentações fornecidas diretamente pelo representante legal, não se puder inferir que o subscritor de tais declarações tem poderes para representar a empresa, esta será inabilitada.

8.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.9. A licitante ainda deverá apresentar declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme modelo constante no Anexo VII do Edital.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio de e-mail ou protocolos definidos na **Parte Específica** deste Edital, que também especificará o sítio onde será divulgada a resposta do Pregoeiro.

9.2. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

9.3. Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no site mencionado na **Parte Específica** deste Edital.

9.4. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública

10.2. O pedido de impugnação deverá ser enviado exclusivamente para o endereço eletrônico constante na **Parte Específica** deste Edital.

10.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação, e divulgar o resultado através do Sistema no endereço eletrônico mencionado na **Parte Específica** deste Edital.

10.4. A Impugnação somente possui efeito devolutivo, sendo a concessão de efeito suspensivo medida excepcional e que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

Nota explicativa: no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Para a aquisição do objeto junto ao licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

13.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

13.3. A recusa da execução do objeto ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

13.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do ato, prorrogável por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para assinar o contrato, após a negociação e a verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação; se a Licitante vencedora não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, independentemente das sanções previstas neste edital e no contrato.

13.6. Até a assinatura do Contrato, a proposta da Licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Contratante tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.7. Ocorrendo a desclassificação da proposta da Licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Contratante poderá convocar as Licitantes remanescentes, observando o disposto no subitem 7.10 deste Edital.

13.8. O Contrato a ser firmado em decorrência deste Pregão poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

13.9. Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas à Licitante vencedora as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e no contrato a ser firmado entre as partes.

13.10. A associação da Licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação estão condicionadas à manutenção das condições de habilitação e só serão admitidas quando apresentada documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

13.11. Na minuta do Contrato constante do Anexo II estão fixadas as responsabilidades das partes, sanções ao contratado e demais obrigações contratuais.

13.12. A Parte Específica deste Edital disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

13.13. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

13.13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A **Parte Específica do Contrato** definirá o seu prazo de vigência.

14.2. O contrato terá início no dia de sua assinatura, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

14.3. É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

14.4. Fica resguardado o prazo de garantia do bem adquirido.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou adjudicatário que:

15.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.7.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o preço estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.4. As sanções serão aplicadas de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº 11.319/2004, facultada a defesa prévia da interessada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

15.6. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As condições de pagamento ao contratado encontram-se previstas no Termo de Referência, Termo de Contrato e no Decreto Estadual nº 15.093/2013, arts. 5º e 6º.

19. DO PREÇO

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

19.2. Caso se trate de licitação para registro de preços, a atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos na minuta de **Contrato** anexa a este Edital para a variação do valor contratual.

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ou ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

21.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

21.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL apresentada.

22.2. A licitante vencedora deverá indicar o nome do representante legal da empresa, para fins de assinatura da futura “Ordem de Fornecimento dos Materiais”, acompanhados de cópia do instrumento legal que lhe confere tais poderes.

22.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Piauí, através da Contratante, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e as exatas compreensões das formalidades.

22.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

22.6. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

22.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

22.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão Eletrônico.

22.11. Aos casos omissos e às questões suscitadas durante a vigência do mesmo, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520 de 2002, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

22.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

22.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

22.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

B) ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

C) ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;

D) ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

E) ANEXO V – DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

F) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;

G) ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;

H) ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88;

PARTE ESPECÍFICA	
As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.	
Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Endereço Eletrônico: https://www.licitacoes-e.com.br DATAS E HORÁRIOS: INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/08/2022 às 13h00min; FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/08/2022 às 10h00min; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/08/2022 às 10h00min; RODADA DE LANCES: 26/08/2022 às 8h30min. Local: Av. Pedro Freitas s/nº, Centro administrativo, Bloco. “A”, 1º andar, CEP 64.018-900. Teresina-PI, Comissão Permanente de Licitação - SESAPI. INFORMAÇÕES: cplsaude@saude.pi.gov.br. Telefone: (86) 3216-3604. Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.</p>
2.1	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de ANTISSÉPTICOS, SANEANTES E CORRELATOS , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
2.2	(X) A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
2.3	(X) Foi estimado o Preço Total de R\$ 76.620.910,00 (setenta e seis milhões seiscentos e vinte mil e novecentos e dez reais) , conforme tabela de Preços do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sendo que os preços unitários e globais estimados representam os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.
2.4	O fornecimento do objeto ocorrerá de forma parcelada , de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
2.6	(X) A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços, não havendo formação de cadastro de reserva.
4.1.1	<p>(X) Para os itens 45, 48, 53, 60, 80, 93, 126, 141, 142, 143, 148, 159, 160, 181 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 47, 50, 52, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123, 125, 128, 130, 132, 136, 138, 140, 145, 147, 150, 152, 154, 156, 158, 162, 164, 166, 168, 170, 172, 174, 176, 178, 180, haverá reserva de 5% para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>4.1.1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.</p> <p>4.1.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.</p>
4.5	(X) Não poderão participar desta licitação consorcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias , a contar da data da abertura da sessão pública.
6.1	(X) Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM , observadas as condições definidas

	nestes editais e anexos.
6.1.1	O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item/lote .
6.8	(X) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 1,00 (um real) .
6.15	<p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>6.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.</p> <p>6.15.2. Encerrado o prazo previsto no item 6.15.1 o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.</p> <p>6.15.2.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 6.15.2, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.</p> <p>6.15.3. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.</p> <p>6.15.3.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.</p> <p>6.15.4. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.</p>
7.1	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação do pregoeiro.
8.1	Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas , sob pena de inabilitação.
8.6.1., “h”	h) No caso de exercício de atividade de comercialização de medicamentos: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela ANVISA, nos termos do art. 50 da Lei nº 6.360/76.
8.6.1., “i”	<p>1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme determina os arts. 28 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo observar ainda as exigências seguintes para qualificação técnica, comprovada conforme segue:</p> <p>1.2. A apresentação do atestado acima será acrescida da seguinte documentação:</p> <p>1.2.1 Alvará Sanitário expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do fabricante ou importador, ou comprovação de dispensa quando for o caso;</p> <p>1.2.2 Alvará de funcionamento Estadual ou municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;</p> <p>1.2.3 Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, quando exigida pela administração devendo constar a validade(dia/mês/ano), por meio de:</p> <p>a) Cópia autenticada do Registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U, grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.</p> <p>b) Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no §6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desqualificação do item cotado;</p> <p>c) Cópia da Declaração de notificação ou do certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária</p> <p>1.2.4 Os números de Registro/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.</p> <p>2. Garantia de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Contratante, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;</p> <p>3. A inobservância das disposições de quaisquer dos itens acima, será motivo de inabilitação da Licitante.</p> <p>4. Os produtos devem atender aos requisitos técnicos constantes na legislação pertinente RESOLUÇÃO-RDC Nº 46, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002, RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 14, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007, RESOLUÇÃO - RDC Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 35, DE 16 DE AGOSTO DE 2010.</p>

8.6.2., "a"	<p>Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:</p> <p>a.1. Apresentar atestado (s) comprovando o fornecimento de produto considerado, pela Contratante, compatível com o objeto licitado, de forma satisfatória e a contento, devidamente datada (s) e assinada (s).</p> <p>a.2. Caso o (s) atestado (s) seja (m) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito privado, deverá (ão) preferencialmente ser (em) apresentado (s) com firma reconhecida em cartório, não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.</p>
8.6.3, "e"	<p>(X) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo não inferior a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.</p>
9.1	<p>Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico cplsaude@saude.pi.gov.br, ou para o endereço físico Av. Pedro Freitas, s/nº, bloco A, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP 64.018-900, Protocolo - SESAPI, sendo que a resposta será divulgada no sítio http://www.licitacoes-e.com.br.</p>
9.3	<p>Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.licitacoes-e.com.br e encaminhados por e-mail.</p>
10.2	<p>O pedido de impugnação deverá ser enviado ao endereço eletrônico cplsaude@saude.pi.gov.br.</p>
10.3	<p>O Pregoeiro divulgará o resultado da impugnação no endereço eletrônico http://www.licitacoes-e.com.br, e encaminhará por e-mail.</p>
13.12	<p>(X) É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.</p>
22.12	<p>O presente edital poderá ser retirado no (s) seguinte (s) endereço (s) eletrônico (s): http://www.licitacoes-e.com.br, http://www.saude.pi.gov.br/licitacoes e https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/. Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica.</p>

(Assinado e Datado Eletronicamente)

Antônio Néris Machado Júnior

Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022-CPL/SESAPI.
PROCESSO SEI 00012.002628/2021-43

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento, o estabelecimento de elementos mínimos necessários ao **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **ANTISSÉPTICOS, SANEANTES E CORRELATOS**, a fim de suprir as necessidades da SESAPI em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A descrição dos itens encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência.

1.3. Do tratamento diferenciado conferido as ME e EPP em contratações e licitações públicas:

1.3.1. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverá ser destinada exclusivamente a MEs e EPPs beneficiadas pela LC nº. 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e subsidiadas pelo Decreto Estadual nº. 16.212 de 05 de outubro de 2015,

1.3.2. O benefício trazido pela LC 123/2006 e alterado pela LC147/2014 é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal que pretende ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação;

1.3.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

1.3.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

1.3.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados do(a) a partir da publicação no DOE, prorrogável por igual período na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A realização de processo de licitação para o **registro de preços** para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos antissépticos, saneantes e correlatos pela Secretaria de Estado da Saúde – PI, de administração Pública, no atendimento as necessidades das instituições de saúde.

2.2. As instituições de saúde se caracterizam como organizações prestadoras de serviços, onde o resultado final do processo não se traduz em um produto, mas sim na assistência à saúde de indivíduos e comunidades. Dessa forma, é importante que todas as unidades tenham recursos materiais e financeiros adequados para a prestação de uma assistência de qualidade.

2.3. No Brasil, a infecção relacionada à assistência à saúde (IRAS) é definida como aquela adquirida após a admissão do paciente e que se manifesta durante a internação ou após a alta, sendo que se configura em grave problema de saúde pública. O impacto causado por tais infecções tem sido uma preocupação crescente entre os profissionais de saúde, devido à lotação de pacientes nos hospitais e ao surgimento de novos micro-organismos.

2.4. O ambiente hospitalar pode oferecer condições favoráveis para a veiculação microbiana, mesmo quando são empregados desinfetantes, antissépticos, antibióticos e quimioterápicos, oferecendo risco principalmente aos pacientes, considerando que estes podem apresentar o sistema imunológico comprometido pela própria doença.

2.5. A limpeza e a desinfecção tornaram-se fatores de grande importância no controle de infecção hospitalar, a fim de garantir a assepsia de ambientes e dos pacientes, bem como a segurança destes e das equipes de profissionais de saúde envolvidas.

2.6. Nos procedimentos de higienização e desinfecção de roupas serão utilizados diversos saneantes, com diferentes funções, adequadamente combinados e em concentrações equilibradas que atuarão eliminando a sujeira fixada na roupa, preservando as fibras e cores e mantendo a maciez e elasticidade do tecido.

2.7. Dentro do processo de controle de infecção hospitalar é necessário que se utilize produtos, instrumentos, roupas e equipamentos estéreis. Para cada produto é realizado um método específico. Dentre os métodos utilizados inclui-se o método químico, onde é necessário uso de líquidos, saneantes com capacidade esterilizante.

2.8. Os produtos saneantes domissanitários descritos neste processo, deverão ser regulamentados pela Lei Federal nº. 6.360 de 23 de setembro de 1976, pela Portaria nº. 15 de 23 de agosto de 1986, pela Resolução RDC/ANVISA nº. 184, de 22 de outubro de 2001 e pela Resolução RDC Nº. 14, de 28 de fevereiro de 2007 e suas atualizações.

2.9. A intenção dessa contratação é manter a qualidade dos serviços hospitalares buscando ações e medidas de caráter preventivo. Dessa forma, as soluções para essa contratação é especificar de forma clara e precisa os itens a ser adquiridos e seus descritivos, com o objetivo de garantir um desempenho de qualidade do serviço nos estabelecimentos de saúde.

2.10. Considerando a necessidade de manter a prestação continuada do serviço de limpeza e desinfecção de superfícies hospitalares adequado e processamento de roupas dentro das normas e legislações pertinentes, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da instituição, justificamos a aquisição destes produtos para suprir às necessidades constantes nas dependências dos estabelecimentos de assistência à saúde.

2.11. Atender aos requisitos descritos na RESOLUÇÃO-RDC Nº 42, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

2.12. Atender aos critério definidos no Programa Nacional de prevenção e controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) 2021 a 2025.

2.13. Justificadamente, opta-se por realizar-se a presente licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, haja vista os padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sendo comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além, de serem encontráveis facilmente no mercado. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços de acordo com o Decreto 7.892/13, Art. 3º, Incisos II e IV.

2.14. Os itens a serem adquiridos são de consumo frequente pelo Órgão Gerenciador, durante todo o ano, o que torna difícil uma definição exata do quantitativo a ser adquirido pela Administração, justificando-se, desta forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços, estando presentes os pressupostos previstos no Art 2º do Decreto 7.892/13. Portanto, justificadamente, opta-se por realizar uma licitação, valendo-se de Pregão pelo Sistema de Registro de Preços, em virtude do exato enquadramento legal e das necessidades das instituições hospitalares nos requisitos fundamentais para utilização desse Sistema, em que os preços permanecerão válidos por um período de 12 (doze) meses, atendendo-se, com isso, os Princípios da Eficiência e da Economicidade. Quanto às quantidades, foram tomadas médias históricas de demanda para uma compra mais eficiente e condizente com as demandas destas Instituições.

2.15. A base ampla e diversificada de informações, que inclui órgãos e entidades das diferentes esferas de governo, atende aos princípios da Eficiência e da Economicidade (Art. 37, caput da CF/88) e ao dever de balizar as compras em preços praticados pela “Administração Pública” (arts. 15, V e 6º, XI da Lei 8.666/93), evitando distorções da realidade dos preços praticados em um mesmo mercado competitivo. Ainda, para os órgãos integrantes do SISG, possibilita a utilização do critério das “contratações similares de outros entes públicos” (art. 2º, III da IN nº 5/14-SLTI/MPOG), atendendo, dessa forma, à determinação do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1445/2015, no sentido da utilização de fontes diversificadas para uma maior segurança aos valores a serem adjudicados e de aplicação prioritária dos critérios previstos incisos I e III do art. 2º da referida Instrução Normativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Em consequência da necessidade de racionalizar o uso dos recursos financeiros e de adotar critérios de padronização na aquisição de bens e contratação de serviços, em 2021, adotou-se uma série de medidas com vistas na economicidade, busca de melhoria na qualidade das compras públicas e efetivação de mecanismo de controle das contratações e seu reflexo no gasto público da SESAPI, no tocante ao atendimento aos 234 Municípios do Estado do Piauí.

3.2. Nesse contexto, verificou-se a necessidade de buscar modernizar o processo de compras públicas na SESAPI.

3.3. O Piauí é composto por 12 Territórios sendo compreendido pelos seus Municípios descritos a seguir, assim como as unidades gestoras definidas em cada território e a descrição do número de leitos:

UNIDADE GESTORA POR TERRITÓRIO							
SEQ.	TERRITÓRIO	HOSPITAL	MUNICÍPIO	ATUALIZAÇÃO	Nº CNES	QUANT. POR ESPECIALIDADE	QUANT. TOTAL
1	Entre Rios	Hospital Francisco Ayres Cavalcante	Amarante	14/03/2021	2364883	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	47
						CIRURGIA GERAL = 6	
						CLINICA GERAL = 27	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 1	
						OBSTETRICIA CLINICA = 2	
						PSIQUIATRIA = 2	
PEDIATRIA CLINICA = 7							
2	Entre Rios	Hospital João Luiz de Moraes	Demerval Lobão	14/03/2021	2324334	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	41
						CIRURGIA GERAL = 11	
						CLINICA GERAL = 16	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 3	
						OBSTETRICIA CLINICA = 5	

						PEDIATRIA CLINICA = 4	
3	Entre Rios	Hospital Areolino de Abreu	Teresina	17/03/2021	2323346	CLINICA GERAL = 7	209
						SAUDE MENTAL = 30	
						PSIQUIATRIA = 172	
4	Entre Rios	Hospital Getúlio Vargas	Teresina	14/03/2021	2726971	UNIDADE ISOLAMENTO = 4	399
						UTI ADULTO - TIPO II = 20	
						UTI II ADULTO-COVID = 50	
						BUCO MAXILO FACIAL = 4	
						CIRURGIA GERAL = 33	
						GINECOLOGIA = 14	
						NEFROLOGIAUROLOGIA = 12	
						NEUROCIRURGIA = 20	
						OFTALMOLOGIA = 4	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 58	
						OTORRINOLARINGOLOGIA = 4	
						TORACICA = 6	
						TRANSPLANTE = 15	
						CARDIOLOGIA = 19	
						CLINICA GERAL = 61	
						DERMATOLOGIA = 2	
						GERIATRIA = 8	
						HANSENOLOGIA = 2	
						HEMATOLOGIA = 4	
NEFROUROLOGIA = 17							
NEUROLOGIA = 11							
PNEUMOLOGIA = 18							
CIRURGICO/DIAGNOSTICO/TERAPEUTICO = 11							
PNEUMOLOGIA SANITARIA = 2							
5	Ente Rios	Hospital Infantil Lucídio Portella	Teresina	17/03/2021	2323249	UTI II PEDIATRICA-COVID = 9	106
						UTI PEDIATRICA - TIPO II = 9	
						CIRURGIA GERAL = 22	
						NEUROCIRURGIA = 6	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 4	
						CLINICA GERAL = 11	
						PEDIATRIA CLINICA = 45	

6	Entre Rios	Hospital Dirceu Arcoverde da Polícia Militar	Teresina	17/03/2021	2323451	UNIDADE ISOLAMENTO = 20	127
						UTI II ADULTO-COVID = 10	
						BUCO MAXILO FACIAL = 1	
						CIRURGIA GERAL = 16	
						GINECOLOGIA = 17	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 23	
						CLINICA GERAL = 40	
7	Entre Rios	Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella	Teresina	14/03/2021	2323338	UNIDADE ISOLAMENTO = 11	191
						UTI ADULTO - TIPO II = 7	
						UTI II ADULTO-COVID = 30	
						AIDS = 20	
						CLINICA GERAL = 74	
						AIDS = 10	
						PNEUMOLOGIA SANITARIA = 8	
PEDIATRIA CLINICA = 31							
8	Entre Rios	Maternidade Dona Evangelina Rosa	Teresina	07/01/2021	2323397	UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CANGURU = 17	345
						UNID. CUIDADOS INTERM. NEONATAL CONVENCIONAL = 20	
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS PEDIATRICO = 1	
						UTI ADULTO - TIPO I = 4	
						UTI ADULTO - TIPO II = 10	
						UTI II ADULTO-COVID = 10	
						UTI NEONATAL - TIPO II = 30	
						GINECOLOGIA = 6	
						CLINICA GERAL = 4	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 126	
						OBSTETRICIA CLINICA = 48	
						PSIQUIATRIA = 8	
PEDIATRIA CIRURGICA = 1							
PEDIATRIA CLINICA = 60							
9	Entre Rios	Unidade Integrada do Mocambinho	Teresina	17/03/2021	2679671	CLINICA GERAL = 20	30
						SAUDE MENTAL = 10	
10	Cocais	Hospital Regional Chagas Rodrigues	Piripiri	17/03/2021	2777746	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	154
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CONVENC. = 10	
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS	

						PEDIATRICO = 3 UNIDADE ISOLAMENTO = 20 UTI ADULTO - TIPO II = 10 UTI II ADULTO - COVID = 10 CIRURGIA GERAL = 21 ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 17 CLINICA GERAL = 31 OBSTETRICIA CIRURGICA = 10 OBSTETRICIA CLINICA = 10 PEDIATRIA CLINICA = 10	
11	Cocais	Hospital Regional Leônidas Melo	Barras	14/03/2021	2323915	UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS ADULTO = 10 UNIDADE ISOLAMENTO = 1 CIRURGIA GERAL = 15 CLINICA GERAL = 20 OBSTETRICIA CIRURGICA = 2 OBSTETRICIA CLINICA = 12 PSIQUIATRIA = 2 PEDIATRIA CLINICA = 19	81
12	Cocais	Hospital Estadual Dr. Júlio Hartman	Esperantina	14/03/2021	2323583	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 3 CIRURGIA GERAL = 14 CLINICA GERAL = 22 OBSTETRICIA CIRURGICA = 6 OBSTETRICIA CLINICA = 4 PEDIATRIA CLINICA = 9	58
13	Cocais	Hospital Estadual Gerson Castelo	Luzilândia	14/03/2021	2324288	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2 CIRURGIA GERAL = 14 CLINICA GERAL = 12 OBSTETRICIA CIRURGICA = 3 OBSTETRICIA CLINICA = 3 PEDIATRIA CLINICA = 6	40
14	Carnaubais	Hospital Regional de Campo Maior	Campo Maior	14/03/2021	2777754	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2 CIRURGIA GERAL = 25 CLINICA GERAL = 32 OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	90

						OBSTETRICIA CLINICA = 15	
						PEDIATRIA CLINICA = 14	
15	Carnaubais	Hospital Regional Senador Cândido Ferraz	São Raimundo Nonato	14/03/2021	2777649	UNIDADE ISOLAMENTO = 1	62
						UTI II ADULTO - COVID= 20	
						CIRURGIA GERAL = 10	
						CLINICA GERAL = 20	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 5	
						OBSTETRICIA CLINICA = 10	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
16	Carnaubais	Hospital José Furtado Mendonça	São Miguel do Tapuio	14/03/2021	2324261	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 1	32
						CIRURGIA GERAL = 2	
						CLINICA GERAL = 12	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 6	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
17	Planície Litorânea	Hospital Estadual Dirceu Arcoverde	Parnaíba	17/03/2021	8015899	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2	232
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CANGURU = 4	
						UNID. CUIDADOS INTERMED. NEONATAL CONVENCIONAL = 10	
						UTI ADULTO - TIPO II = 10	
						UTI II ADULTO - COVID = 28	
						UTI II PEDIATRICA - COVID = 4	
						UTI NEONATAL - TIPO II = 10	
						BUCO MAXILO FACIAL = 1	
						CIRURGIA GERAL = 28	
						NEFROLOGIAUROLOGIA = 1	
						NEUROCIRURGIA = 1	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 25	
						CLINICA GERAL = 33	
						NEFROUROLOGIA = 1	
						NEUROLOGIA = 1	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 8	
						OBSTETRICIA CLINICA = 38	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 25	
18	Mangabeiras	Hospital Regional	Bom Jesus	14/03/2021	2364816	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2	61

		Manoel de Sousa Santos				UTI II ADULTO - COVID - 19 = 9 CIRURGIA GERAL = 10 CLINICA GERAL = 17 OBSTETRICIA CIRURGICA= 7 OBSTETRICIA CLINICA = 5 PSIQUIATRIA = 2 PEDIATRIA CLINICA = 9	
19	Mangabeiras	Hospital João Pacheco Cavalcante	Corrente	08/02/2021	2777770	CIRURGIA GERAL = 9 ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 6 CLINICA GERAL = 21 OBSTETRICIA CIRURGICA = 9 OBSTETRICIA CLINICA = 8 PSIQUIATRIA = 4 PEDIATRIA CLINICA = 11	68
20	Mangabeiras	Unidade Mista de Santa Santa Filomena	Santa Filomena	14/03/2021	2694239	CIRURGIA GERAL = 2 CLINICA GERAL = 2 OBSTETRICIA CIRURGICA = 3 PEDIATRIA CLINICA = 3	10
21	Mangabeiras	Unidade Mista de Saúde de Avelino Lopes	Avelino	14/03/2021	2551918	CIRURGIA GERAL = 3 CLINICA GERAL = 7 OBSTETRICIA CLINICA = 3 PEDIATRIA CLINICA = 5	18
22	Mangabeiras	Hospital Estadual Júlio Borges Macêdo	Curimatá	14/03/2021	2365480	CIRURGIA GERAL = 4 CLINICA GERAL = 15 OBSTETRICIA CIRURGICA = 4 OBSTETRICIA CLINICA = 4 PSIQUIATRIA = 1 PEDIATRIA CLINICA = 6	34
23	Sambito	Hospital Regional Eustáquio Portela	Valença	14/03/2021	2777789	SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2 CIRURGIA GERAL = 8 CLINICA GERAL = 28 OBSTETRICIA CIRURGICA = 10 OBSTETRICIA CLINICA = 2 PEDIATRIA CLINICA = 7	57
24	Sambito	Hospital Norberto	Elesbão Veloso	14/03/2021	2364824	CIRURGIA GERAL = 5	34

		Moura				CLINICA GERAL = 15	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 6	
						PEDIATRIA CLINICA = 8	
25	Sambito	Unidade Mista Pedro Lopes	Francinópolis	14/03/2021	4008774	CLINICA GERAL = 6	14
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 5	
26	Vale do Guaribas	Unidade Mista de Itainópolis	Itainópolis	23/02/2021	2694220	CIRURGIA GERAL = 3	21
						CLINICA GERAL = 10	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
27	Vale do Guaribas	Unidade Mista de Bocaina	Bocaina	14/03/2021	2766698	CLINICA GERAL = 3	12
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 3	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 3	
28	Serra da capivara	Hospital Estadual Teresinha Nunes de Barros	São João do Piauí	14/03/2021	2365383	CLINICA GERAL = 41	47
						CRONICOS = 1	
						PEDIATRIA CLINICA = 5	
29	Vale do Canindé	Hospital Regional Deolindo Couto	Oeiras	14/03/2021	2777762	UTI ADULTO - TIPO II = 10	103
						UTI II ADULTO - COVID - 19 = 10	
						CIRURGIA GERAL = 17	
						CLINICA GERAL = 38	
						SAUDE MENTAL= 4	
						OBSTETRICIA CIRÚRGICA = 7	
						OBSTETRICIA CLINICA = 6	
						PEDIATRIA CLÍNICA = 11	
30	Vale do Canindé	Hospital Local José de Moura Fé	Simplicio Mendes	02/03/2021	2365103	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 3	35
						CIRURGIA GERAL = 5	
						CLINICA GERAL = 12	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 10	
						PSIQUIATRIA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 3	
31	Vale dos Rios Piauí e Itauera	Hospital Regional Tibério Nunes	Floriano	14/03/2021	2365146	UTI ADULTO - TIPO II = 10	208
						UTI II ADULTO - COVID - 19 = 20	
						UTI NEONATAL - TIPO II = 10	
						BUCO MAXILO FACIAL = 3	
						CIRURGIA GERAL = 13	

						NEUROCIRURGIA = 16	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 20	
						CLINICA GERAL = 58	
						OBSTETRICIA CIRURGICA= 35	
						OBSTETRICIA CLINICA = 10	
						CRONICOS = 2	
						PSIQUIATRIA = 10	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 3	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 8	
32	Vale dos Rios Piauí e Itauera	Hospital Estadual Domingos Chaves	Canto Buriti do	14/03/2021	2324172	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 1	24
						CIRURGIA GERAL = 6	
						CLINICA GERAL = 7	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PSIQUIATRIA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 3	
33	Vale dos Rios Piauí e Itauera	Unidade mista de saúde de Paes Landim	Paes Landim	08/03/2021	2324555	CLINICA GERAL: 8	8
34	Tabuleiro do Alto Parnaíba	Hospital Regional Dirceu Arcoverde	Uruçuí	14/03/2021	2323680	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 5	42
						CIRURGIA GERAL = 9	
						CLINICA GERAL = 17	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	

FONTE: CNES

3.4. Outro instrumento que balizará as demandas e ofertas é a produção hospitalar descrita a seguir:

PRODUÇÃO HOSPITALAR 2019 E 2020

PRODUÇÃO HOSPITALAR - HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL - 2019		
Tipo de Financiamento: 06 Média e Alta Complexidade (MAC)		
INCREMENTO: QUANTIDADE APROVADA		
PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2019		
Hospital PI (CNES)	MUNICÍPIO	Total
2364883 HOSPITAL DE AMARANTE	AMARANTE	1.686

2323915 HOSPITAL REGIONAL LEONIDAS MELO	BARRAS	1.575
2364816 HOSPITAL REGIONAL DE BOM JESUS	BOM JESUS	3.986
2777754 HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR	CAMPO MAIOR	4.012
2324172 HOSPITAL ESTADUAL DE CANTO DO BURITI	CANTO DO BURITI	1.562
2777770 HOSPITAL DR. JOAO PACHECO CAVALCANTE	CORRENTE	1.275
2365480 HOSPITAL LOCAL JULIO B. DE MACEDO	CURIMATÁ	1.661
2324334 HOSPITAL LOCAL DE DEMERVAL LOBAO	DEMERVAL LOBÃO	785
2364824 HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA	ELESBÃO VELOSO	1.134
2323583 HOSPITAL ESTADUAL JULIO HARTMAN	ESPERANTINA	4.043
2365146 HOSPITAL REGIONAL TIBERIO NUNES	FLORIANO	10.849
2324288 HOSPITAL LOCAL DE LUZILANDIA	LUZILANDIA	2.124
2777762 HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO	OEIRAS	3.819
8015899 HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PARNAIBA	9.094
4009622 HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ	PICOS	5.892
2777746 HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES	PIRIPIRI	3.799
2365383 HOSPITAL REGIONAL TERESINHA NUNES DE BARROS	SÃO JOÃO DO PI	485
2324261 HOSPITAL ESTADUAL JOSE F. DE MENDONCA	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	474
2777649 HOSPITAL REGIONAL SENADOR CANDIDO FERRAZ	SÃO RAIMUNDO NONATO	4.334
2365103 HOSPITAL ESTADUAL JOSE DE MOURA FE	SIMPLICIO MENDES	441
2323249 HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA	TERESINA	2.463
2323338 INSTITUTO DE DOENÇAS TROPICAIS NATAN PORTELLA	TERESINA	1.542
2323346 HOSPITAL AREOLINO DE ABREU	TERESINA	2.888
2323397 MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA	TERESINA	12.328
2323451 HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE	TERESINA	4.842
2679671 UNIDADE INTEGRADA DO MOCAMBINHO	TERESINA	501
2726971 HOSPITAL GETULIO VARGAS	TERESINA	11.596
2323680 HOSPITAL REGIONAL SENADOR DIRCEU ARCOVERDE	URUÇUI	1.694
2777789 HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA	VALENÇA	2.856
Total		103.740

Fonte: MS/DATASUS/TABWIN/SIHSUS

PRODUÇÃO HOSPITALAR - HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL - 2020		
Tipo de Financiamento: 06 Média e Alta Complexidade (MAC)		
INCREMENTO: QUANTIDADE APROVADA		
PERIODO: JANEIRO A SETEMBRO/2020		
Hospital PI (CNES)	MUNICIPIO	Total

2364883 HOSPITAL DE AMARANTE	AMARANTE	735
2323915 HOSPITAL REGIONAL LEONIDAS MELO	BARRAS	865
2364816 HOSPITAL REGIONAL DE BOM JESUS	BOM JESUS	2.362
2777754 HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR	CAMPO MAIOR	2.288
2324172 HOSPITAL ESTADUAL DE CANTO DO BURITI	CANTO DO BURITI	789
2777770 HOSPITAL REGIONAL DR. JOAO PACHECO CAVALCANTE	CORRENTE	1.028
2365480 HOSPITAL LOCAL JULIO B. DE MACEDO	CURIMATÁ	762
2324334 HOSPITAL LOCAL DE DEMERVAL LOBAO	DEMERVAL LOBÃO	539
2364824 HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA	ELESBÃO VELOSO	476
2323583 HOSPITAL ESTADUAL JULIO HARTMAN	ESPERANTINA	2.549
2365146 HOSPITAL REGIONAL TIBERIO NUNES	FLORIANO	6.052
2324288 HOSPITAL LOCAL DE LUZILANDIA	LUZILANDIA	1.125
2777762 HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO	OEIRAS	2.665
8015899 HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PARNAIBA	4.860
4009622 HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ	PICOS	2.521
2777746 HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES	PIRIPIRI	2.047
2365383 HOSPITAL REGIONAL TERESINHA NUNES DE BARROS	SÃO JOÃO DO PI	276
2324261 HOSPITAL ESTADUAL JOSE FURT DE MENDONCA	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	264
2777649 HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ	SÃO RAIMUNDO NONATO	3.306
2365103 HOSPITAL ESTADUAL JOSE DE MOURA FE	SIMPLICIO MENDES	165
2323249 HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA	TERESINA	1.019
2323338 INSTITUTO DE DOENCAS TROPICAIS NATAN PORTELLA	TERESINA	877
2323346 HOSPITAL AREOLINO DE ABREU	TERESINA	1.830
2323397 MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA	TERESINA	8.879
2323451 HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE	TERESINA	1.452
2679671 UNIDADE INTEGRADA DO MOCAMBINHO	TERESINA	287
2726971 HOSPITAL GETULIO VARGAS	TERESINA	4.487
2323680 HOSPITAL REGIONAL SENADOR DIRCEU ARCOVERDE	URUÇUI	1.049
2777789 HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA	VALENÇA	1.733
Total		57.287

Fonte: MS/DATASUS/TABWIN/SIHSUS

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/2002, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado;

4.2. O Objeto pode ser licitado por meio da modalidade **Pregão**, na forma eletrônica por meio do Sistema de Registro de Preços, com amparo legal disposto na Lei nº. 10.520 de 17/07/02, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações; nos Decretos Federais nº. 3.555 de 08/08/00, nº 5.450 de 31/05/05 e nº10.024 de 20/09/2019, que regulamentam o pregão, na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns; além do Decreto Estadual nº 11.319/2004, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP,

previsto no Decreto nº 7892/2013 e, no âmbito da Administração Pública Estadual, na Lei 7842, de 18/01/2021, no art. 15, do Estatuto das Licitações, e dá outras providências; além da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor - CDC.

4.3. A SESAPI deverá fazer a consulta ao Órgão Gerenciador da ata citada neste Termo de Referência para manifestação sobre a possibilidade de adesão, inclusive com consulta ao fornecedor sobre a anuência em efetivar o fornecimento, sem causar prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata.

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias úteis, contados do(a) assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho, de forma parcelada, no seguinte endereço Av. Pernambuco, nº 2464, Primavera, Teresina – PI. CEP: 64003-500. Em dias uteis e horário comercial de 08:00 às 14:00h mediante comunicação prévia.

5.1.1. Serão beneficiadas as seguintes unidades:

SEQ.	TERRITÓRIO	HOSPITAL	MUNICÍPIO
1	Entre Rios	Hospital Francisco Ayres Cavalcante	Amarante
2	Entre Rios	Hospital João Luiz de Moraes	Demerval Lobão
3	Entre Rios	Hospital Areolino de Abreu	Teresina
4	Entre Rios	Hospital Getúlio Vargas	Teresina
5	Entre Rios	Hospital Infantil Lucídio Portella	Teresina
6	Entre Rios	Hospital Dirceu Arcoverde da Polícia Militar	Teresina
7	Entre Rios	Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella	Teresina
8	Entre Rios	Maternidade Dona Evangelina Rosa	Teresina
9	Entre Rios	Unidade Integrada do Mocambinho	Teresina
10	Cocais	Hospital Regional Chagas Rodrigues	Piripiri
11	Cocais	Hospital Regional Leônidas Melo	Barras
12	Cocais	Hospital Estadual Dr. Júlio Hartman	Esperantina
13	Cocais	Hospital Estadual Gerson Castelo	Luzilândia
14	Carnaubais	Hospital Regional de Campo Maior	Campo Maior
15	Carnaubais	Hospital Regional Senador Cândido Ferraz	São Raimundo Nonato
16	Carnaubais	Hospital José Furtado Mendonça	São Miguel do Tapuio
17	Planície Litorânea	Hospital Estadual Dirceu Arcoverde	Parnaíba
18	Mangabeiras	Hospital Regional Manoel de Sousa Santos	Bom Jesus
19	Mangabeiras	Hospital João Pacheco Cavalcante	Corrente
20	Mangabeiras	Unidade Mista de Santa Filomena	Santa Filomena
21	Mangabeiras	Unidade Mista de Saúde de Avelino Lopes	Avelino
22	Manguabeiras	Hospital Estadual Júlio Borges Macêdo	Curimatá
23	Sambito	Hospital Regional Eustáquio Portela	Valença
24	Sambito	Hospital Norberto Moura	Elesbão Veloso
25	Sambito	Unidade Mista Pedro Lopes	Francinópolis
26	Vale do Guaribas	Unidade Mista de Itainópolis	Itainópolis
27	Vale do Guaribas	Unidade Mista de Bocaina	Bocaina
28	Serra da capivara	Hospital Estadual Teresinha Nunes de Barros	São João do Piauí

29	Vale do Canidé	Hospital Regional Deolindo Couto	Oeiras
30	Vale do Canidé	Hospital Local José de Moura Fé	Simplício Mendes
31	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Hospital Regional Tibério Nunes	Floriano
32	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Hospital Estadual Domingos Chaves	Canto do Buriti
33	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Unidade mista de saúde de Paes Landim	Paes Landim
34	Tabuleiro do Alto Parnaíba	Hospital Regional Dirceu Arcoverde	Uruçuí

5.1.2. As Notas de Empenho (NE) serão encaminhadas à CONTRATADA por e-mail, fax ou retiradas no endereço da contratante, por representante credenciado pela CONTRATADA.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de (02) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.1. Os produtos deverão conter em suas embalagens primárias, em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo e nome do fabricante ou importador, com endereço completo, telefone e nome do responsável técnico, número do Registro no Ministério da Saúde/Anvisa, instruções de uso, avisos sobre os perigos e informações de primeiros socorros, número de telefone para atendimento ao consumidor.

5.2.2. Os produtos devem atender aos requisitos técnicos constantes na legislação pertinente RESOLUÇÃO-RDC Nº 46, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002, RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 14, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007, RESOLUÇÃO - RDC Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 35, DE 16 DE AGOSTO DE 2010.

5.3. A contratada deverá executar a segunda entrega no prazo máximo de 90 dias úteis, a terceira no prazo máximo de 180 dias e a quarta entrega no prazo máximo de 270 dias a contar a partir da data da assinatura do contrato.

5.3.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de (05) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. O produto, mesmo que tenha sido entregue e aceito, fica sujeito à substituição desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

5.4.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, lote, procedência e prazo de validade

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 7.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.7. Entregar os bens com prazo de validade no mínimo 75% de sua validade plena igual ou superior a 12 (doze) meses, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA/MS.
- 7.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e qualquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do CONTRATO.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) Dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. O pagamento será efetuado pela Administração, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, acompanhado dos seguintes documentos, **remetidos pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de Fiscalização**:

1. Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, devidamente preenchido e assinado;
2. Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;
3. Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento; e
4. Cópia da Nota de Empenho;
5. Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
6. Prova de regularidade do FGTS;
7. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
9. Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

11.12. As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras e, f, g e h, que se dará por consulta *ON LINE*, nos termos da [Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG](#).

11.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

11.14. O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual o FUNSAÚDE creditará os pagamentos a que faz jus a empresa contratada.

11.15. Na existência de erros, omissões ou irregularidades, a documentação será devolvida à empresa contratada/fornecedora, para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos corrigidos.

11.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF/ CADUF.

11.16.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF/ CADUF , salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.17.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.19. A correção monetária será calculada com a utilização do índice IPCA-E da Fundação Getúlio Vargas.

11.20. No caso de atraso na divulgação do IPCA-E, será pago à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.21. Caso o IPCA-E estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.22. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

11.23. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

12. DO REAJUSTE

12.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis de um ano da vigência da Ata de Registro de Preço;

12.1.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.1.3. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido;

12.1.3.1. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração;

12.1.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo;

12.1.5. A fixação do novo preço pactuado, quando se aplicar, deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

12.2. DO CONTRATO

12.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, na forma do parágrafo 1º do artigo 28 da Lei 9.069, de 29/06/95, contado o prazo da data da apresentação proposta, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 10.192/2001;

12.2.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.2.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme determina os art. 28 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo observar ainda as exigências seguintes para qualificação técnica, comprovada conforme segue:

13.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.1.2. A apresentação do atestado acima será acrescida da seguinte documentação:

1. Alvará Sanitário expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do fabricante ou importador, ou comprovação de dispensa quando for o caso;
2. Alvará de funcionamento Estadual ou municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;
3. Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, quando exigida pela administração devendo constar a validade(dia/mês/ano), por meio de:
 - Cópia autenticada do Registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U, grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
 - Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no §6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desqualificação do item cotado;
 - Cópia da Declaração de notificação ou do certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária

13.1.2.1 Os números de Registro/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

13.2. Garantia de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Contratante, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

13.3. A inobservância das disposições de quaisquer dos itens acima, será motivo de inabilitação da Licitante.

14. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

14.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;

14.2. Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei nº 8.666/93;

14.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;

14.4. As propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas;

14.5. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência;

14.6. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como a validade para cada produto ofertado;

14.7. A proposta deverá conter:

14.7.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

14.7.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso);

14.8. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SESAPI, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

14.9. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

15. DAS AMOSTRAS

a) A CONTRATANTE se reserva o direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica que será realizada por técnicos designados pela CONTRATANTE;

b) Quando solicitadas as amostras, essas deverão ser apresentadas na quantidade solicitada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento da solicitação, sob pena de desclassificação;

c) O local de entrega das amostras será definido pela CONTRATANTE.

15.1. As amostras deverão ser apresentadas da seguinte forma:

a) As amostras deverão estar identificadas com os termos:

Amostra para análise: além dos dados completos da referida amostra;

Licitação: número da licitação e do item a que se referem.

b) A(s) amostra(s) deverá(ão) estar na embalagem original do(s) produtos;

c) A(s) amostra(s) deverão ser enviadas na quantidade de 02(duas) unidades por item. Caso necessário, será solicitado um quantitativo maior para realização da análise. Neste caso o fornecedor será comunicado;

d) As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: (i) data, (ii) número do lote de fabricação, (iii) prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso. Os licitantes deverão fazer constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas;

e) Os licitantes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão retirá-las, no prazo de até 20(vinte) dias úteis a contra do resultado do julgamento, no mesmo local onde foram entregues;

f) As análises das amostras serão realizadas por enfermeiros e/ou especialistas habilitados, nomeados mediante portaria pela SESAPI;

g) Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

h) Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários;

i) Será rejeitada a amostra que não atender as especificações descritas neste edital;

j) A rejeição da amostra será devidamente fundamentada;

k) Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido;

l) Se a amostra for aceita, do quantitativo total a ser entregue pelo licitante vencedor não serão subtraídos os produtos apresentados como amostra.

m) Após a homologação do certame, o licitante terá (10 - trinta) dias para retirar a amostra rejeitada no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, não havendo retirada das amostras, essas serão descartadas.

n) As amostras utilizadas para testes não serão devolvidas nem descontadas de futuras entregas.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 O Prazo de vigência de contrato(s) resultante(s) da Ata de Registro de Preços iniciará na data da sua assinatura, terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período caso haja interesse da Administração, com base no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

17. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1. O Prazo de vigência de contrato(s) resultante(s) da Ata de Registro de Preços iniciará na data da sua assinatura e se estenderá até a finalização do prazo de garantia dos produtos, objeto da contratação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

18.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

18.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

19.2. A estimativa de preço deve levar em consideração a entrega em cada unidade gestora.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 7º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, a dotação orçamentária será indicada somente antes da formalização do contrato.

Anexo 1: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO E ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Especificação	Und	Qtde	Valor Unit	Valor Total
1	<p>Desinfetante para uso geral: Desinfetante concentrado de uso geral com fragrância variada, princípio ativo quaternário de Amônio. Eliminação total de germes e bactérias (Staphylococcus aureus e Salmonella choleraesuis), através da ação bactericida de amplo espectro de atividade. Produto com registro na ANVISA. Apresentação galão 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Principal</p>	Galão	23.750	R\$ 31,71	R\$ 753.112,50
2	<p>Desinfetante para uso geral: Desinfetante concentrado de uso geral com fragrância variada, princípio ativo quaternário de Amônio. Eliminação total de germes e bactérias (Staphylococcus aureus e Salmonella choleraesuis), através da ação bactericida de amplo espectro de atividade. Produto com registro na ANVISA. Apresentação galão 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Galão	1.250	R\$ 31,71	R\$ 39.637,50
3	<p>Detergente desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, de nível intermediário, indicado para limpeza e desinfecção de superfícies hospitalares, equipamentos e artigos médicos, pronto uso.</p> <p>Composição: Polioximetileno de Biguanida (PHMB) e o Quaternário de 5ª geração (Cloreto de octildecildimetil amônio / cloreto dedidecildimetilamônio), não toxico e fácil aplicação, com ph entre 8.0 a 10.0.</p> <p>Deve atender a RDC/ ANVISA 35 16/08/10, deve ter os laudos para: Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Escherichia coli, Pseudomona aeruginosa, Trichophytonmentagrophytes, Candidaalbicans, Mycobacterium smegmatis, Mycobacterium bovis (BCG).</p> <p>Deve apresentar os laudos de corrosividade frente aos componentes: acrílico, alumínio, silicone, látex, PVC e vidro e os laudos para toxicidade oral, estabilidade térmica e do ar, determinação do teor do princípio ativo catiônico e determinação do ph puro.</p> <p>Apresentação frasco borrifador de 750 ml.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	23.750	R\$ 60,00	R\$ 1.425.000,00
4	<p>Detergente desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, de nível intermediário, indicado para limpeza e desinfecção de superfícies hospitalares, equipamentos e artigos médicos, pronto uso.</p> <p>Composição: Polioximetileno de Biguanida (PHMB) e o Quaternário de 5ª geração (Cloreto de octildecildimetil amônio / cloreto dedidecildimetilamônio), não toxico e fácil aplicação, com ph entre 8.0 a 10.0.</p> <p>Deve atender a RDC/ ANVISA 35 16/08/10, deve ter os laudos para: Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Escherichia coli, Pseudomona aeruginosa, Trichophytonmentagrophytes,</p>	Und	1.250	R\$ 60,00	R\$ 75.000,00

	<p>Candidaalbicans, Mycobacterium smegmatis, Mycobacterium bovis (BCG).</p> <p>Deve apresentar os laudos de corrosividade frente aos componentes: acrílico, alumínio, silicone, látex, PVC e vidro e os laudos para toxicidade oral, estabilidade térmica e do ar, determinação do teor do princípio ativo catiônico e determinação do ph puro.</p> <p>Apresentação frasco borrifador de 750 ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>				
5	<p>Limpador concentrado de uso geral : à base de peróxido de hidrogênio concentrado, biodegradável, com concentração de ativo entre 2,5 à 4,5%, compatível com: cerâmica, fórmica, azulejo, inox, alumínio, plástico, tecido, estofado, epóxi, porcelanato e superfície vitrificada. Produto notificado na ANVISA.</p> <p>OBS.: O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado e treinamento periódico dos profissionais de Higienização.</p> <p>Apresentação galão de 5 litros. Cota Principal</p>	Galão	23.750	R\$ 80,10	R\$ 1.902.375,00
6	<p>Limpador concentrado de uso geral : à base de peróxido de hidrogênio concentrado, biodegradável, com concentração de ativo entre 2,5 à 4,5%, compatível com: cerâmica, fórmica, azulejo, inox, alumínio, plástico, tecido, estofado, epóxi, porcelanato e superfície vitrificada. Produto notificado na ANVISA.</p> <p>OBS.: O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado e treinamento periódico dos profissionais de Higienização.</p> <p>Apresentação galão de 5 litros.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Galão	1.250	R\$ 80,10	R\$ 100.125,00
7	<p>Desinfetante hospitalar concentrado para superfícies fixas e artigos não críticos, à base de quaternário de amônio de 5ª geração e biguanida polimérica (Quaternário de Amônio 20,0%, PHMB 0,90%), com ph neutro. Eficácia comprovada contra staphylococcus aureus, salmonellacholeraesuis, pseudomonas aeruginosa, acinetobacter baumannii, klebsiellapneumoniaecarbapenemase (KPC), enterococcusfaecalis (VRE), staphylococcus aureus (MRSA), influenza a (H1N1), HIV e rotavírus. Produto registrado na ANVISA.</p> <p>Apresentação galão de 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização.</p> <p>Cota Principal</p>	Galão	23.750	R\$ 35,00	R\$ 831.250,00
8	<p>Desinfetante hospitalar concentrado para superfícies fixas e artigos não críticos, à base de quaternário de amônio de 5ª geração e biguanida polimérica (Quaternário de Amônio 20,0%, PHMB 0,90%), com ph neutro. Eficácia comprovada contra staphylococcus aureus, salmonellacholeraesuis, pseudomonas aeruginosa, acinetobacter baumannii, klebsiellapneumoniaecarbapenemase (KPC), enterococcusfaecalis (VRE), staphylococcus aureus (MRSA), influenza a (H1N1), HIV e rotavírus. Produto registrado na ANVISA.</p> <p>Apresentação galão de 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Galão	1.250	R\$ 35,00	R\$ 43.750,00
9	<p>Limpador concentrado específico para vidros: Evita aparecimento de manchas. Limpador Concentrado Para Vidros e Superfícies não Porosas, proporcionando ação rápida e eficaz na remoção de oleosidade, gordura em vidros e espelhos.</p> <p>Apresentação galão de 5 litros. Produto notificado na ANVISA.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização.Cota Principal</p>	Galão	9.500	R\$ 17,40	R\$ 165.300,00
10	<p>Limpador concentrado específico para vidros: Evita aparecimento de</p>	Galão	500	R\$ 17,40	R\$ 8.700,00

	<p>manchas. Limpador Concentrado Para Vidros e Superfícies não Porosas, proporcionando ação rápida e eficaz na remoção de oleosidade, gordura em vidros e espelhos.</p> <p>Apresentação galão de 5 litros. Produto notificado na ANVISA.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>				
11	<p>Detergente Alcalino concentrado de Uso Geral para Limpeza pesada. Indicado para limpeza de pisos, paredes, azulejos, mármore, granitos em banheiros, cozinhas com ótimo rendimento. Para limpeza de sujidades como: gorduras, óleos e graxas. Indicado também para remoção seletiva em pisos tratados. Produto notificado na ANVISA. Apresentação galão 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização.</p> <p>Cota Principal</p>	Galão	23.750	R\$ 34,56	R\$ 820.800,00
12	<p>Detergente Alcalino concentrado de Uso Geral para Limpeza pesada. Indicado para limpeza de pisos, paredes, azulejos, mármore, granitos em banheiros, cozinhas com ótimo rendimento. Para limpeza de sujidades como: gorduras, óleos e graxas. Indicado também para remoção seletiva em pisos tratados. Produto notificado na ANVISA. Apresentação galão 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Galão	1.250	R\$ 34,56	R\$ 43.200,00
13	<p>Limpador flutador antimicrobiano concentrado. Indicado para limpeza e desinfecção de todo tipo de superfícies em locais institucionais. Limpeza e desinfecção de todos os tipos de superfícies como: esmaltados, vitrificados, vinil, PVC, estofados, alumínio, aço inox, plásticos, fórmicas, em sujidades oleosas, gorduras, fuligem, batom, encardidos, sangue, resíduos orgânicos etc. Em locais institucionais, meios de transporte e ambientes públicos. Limpador e desinfetante para uso geral, com Quaternário de Amônio de 5ª Geração, pH levemente alcalino.</p> <p>Apresentação galão 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Principal</p>	Galão	14.250	R\$ 42,20	R\$ 601.350,00
14	<p>Limpador flutador antimicrobiano concentrado. Indicado para limpeza e desinfecção de todo tipo de superfícies em locais institucionais. Limpeza e desinfecção de todos os tipos de superfícies como: esmaltados, vitrificados, vinil, PVC, estofados, alumínio, aço inox, plásticos, fórmicas, em sujidades oleosas, gorduras, fuligem, batom, encardidos, sangue, resíduos orgânicos etc. Em locais institucionais, meios de transporte e ambientes públicos. Limpador e desinfetante para uso geral, com Quaternário de Amônio de 5ª Geração, pH levemente alcalino.</p> <p>Apresentação galão 5 litros.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Galão	750	R\$ 42,20	R\$ 31.650,00
15	<p>Limpador concentrado de uso geral a base de hipoclorito de sódio para limpeza em geral e desinfecção de superfícies fixas e artigos não críticos em hospitais, clínicas médicas, ambulâncias e consultórios. Possui eficácia bactericida comprovada para Staphylococcus Aureus, Salmonella Choleraesuis e Pseudomonas Aeruginosa.</p> <p>Apresentação galão 5 litros.</p>	Galão	19.000	R\$ 125,00	R\$ 2.375.000,00

	Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Principal				
16	Limpador concentrado de uso geral a base de hipoclorito de sódio para limpeza em geral e desinfecção de superfícies fixas e artigos não críticos em hospitais, clínicas médicas, ambulâncias e consultórios. Possui eficácia bactericida comprovada para Staphylococcus Aureus, Salmonella Choleraesuis e Pseudomonas Aeruginosa. Apresentação galão 5 litros. Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	1.000	R\$ 125,00	R\$ 125.000,00
17	Detergente neutro concentrado de pH neutro com alto poder de limpeza, indicado para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em cozinhas, além de superfícies como pisos, azulejos, mesas e bancadas. Apresentação galão 5 litros. Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Principal	Galão	23.750	R\$ 12,71	R\$ 301.862,50
18	Detergente neutro concentrado de pH neutro com alto poder de limpeza, indicado para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em cozinhas, além de superfícies como pisos, azulejos, mesas e bancadas. Apresentação galão 5 litros. Atenção! O fornecedor deverá fornecer o diluidor automatizado, calibração e treinamento periódico dos profissionais de Higienização. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	1.250	R\$ 12,71	R\$ 15.887,50
19	Toalha absorvente , confeccionada em tecido 100% Viscose, com gramatura de 50g por metro quadrado, tamanho: 29x30 cm, pacote com 50 unidades. Cor: branca Cota Principal	Pct	47.500	R\$ 29,55	R\$ 1.403.625,00
20	Toalha absorvente , confeccionada em tecido 100% Viscose, com gramatura de 50g por metro quadrado, tamanho: 29x30 cm, pacote com 50 unidades. Cor: branca Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	2.500	R\$ 29,55	R\$ 73.875,00
21	Refil do mop úmido 100% de microfibra, com peso inferior a 400 gramas, na cor: branco, medindo aproximadamente 35x17cm. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 13,90	R\$ 660.250,00
22	Refil do mop úmido 100% de microfibra, com peso inferior a 400 gramas, na cor: branco, medindo aproximadamente 35x17cm. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 13,90	R\$ 34.750,00
23	Refil mop pó composto por fios 100% microfibra com sistema inovador de fios tramados que não soltam fiapos, alto poder de retenção e abrasividade na limpeza, indicado para áreas hospitalares, laboratoriais e salas limpas, medindo aproximadamente 15x40 cm. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 35,00	R\$ 1.662.500,00
24	Refil mop pó composto por fios 100% microfibra com sistema inovador de fios tramados que não soltam fiapos, alto poder de retenção e abrasividade na limpeza, indicado para áreas hospitalares, laboratoriais e salas limpas, medindo aproximadamente 15x40 cm. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 35,00	R\$ 87.500,00
25	Pano Multiuso para limpeza: Panos descartáveis perfeitos para limpar, enxugar, seguros e super higiênicos, feitos em material absorvente.	Rolo	19.000	R\$ 123,50	R\$ 2.346.500,00

	<p>Limpa e enxuga qualquer superfície. Utilizado para limpeza geral em variados ambientes. Versátil, não retém odores - Alta absorção de líquidos - 100% biodegradável Especificações: 50% celulose e 50% poliéster. Medidas do rolo: 300m x 28 cm. Distância do picote: 50cm aproximadamente. tamanho 50 x 28 cm. Medidas aproximadas da bobina (comprimento x largura x altura): 28 x 28 x 28 cm. Cor: branco.</p> <p>Cota Principal</p>				
26	<p>Pano Multiuso para limpeza: Panos descartáveis perfeitos para limpar, enxugar, seguros e super higiênicos, feitos em material absorvente. Limpa e enxuga qualquer superfície. Utilizado para limpeza geral em variados ambientes. Versátil, não retém odores - Alta absorção de líquidos - 100% biodegradável Especificações: 50% celulose e 50% poliéster. Medidas do rolo: 300m x 28 cm. Distância do picote: 50cm aproximadamente. tamanho 50 x 28 cm. Medidas aproximadas da bobina (comprimento x largura x altura): 28 x 28 x 28 cm. Cor: branco.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Rolo	1.000	R\$ 123,50	R\$ 123.500,00
27	<p>Sabonete líquido anti-séptico: uso como limpeza e anti-sepsia das mãos, viscoso, neutro, biodegradável; a base de clorexidina 0,5 à 2%, aplicação c/ válvula antientupimento e antivazamento; apresentação em refil bolsa ou frasco de 800 a 1200 ml, adaptáveis a dispensadores.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá ceder os dispensers em comodato.</p> <p>Cota Principal</p>	Frs/Bolsa	47.500	R\$ 17,80	R\$ 845.500,00
28	<p>Sabonete líquido anti-séptico: uso como limpeza e anti-sepsia das mãos, viscoso, neutro, biodegradável; a base de clorexidina 0,5 à 2%, aplicação c/ válvula antientupimento e antivazamento; apresentação em refil bolsa ou frasco de 800 a 1200 ml, adaptáveis a dispensadores.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá ceder os dispensers em comodato.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Frs/Bolsa	2.500	R\$ 17,80	R\$ 44.500,00
29	<p>Álcool gel antisséptico 70%: Bactericida e fungicida, eliminando de modo eficiente as bactérias, fungos e vírus preventivo a disseminação de infecções. Bolsa ou frasco de 800ml a 1200ml, adaptáveis a dispensadores.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá ceder os dispensers em comodato.</p> <p>Cota Principal</p>	Frs/Bolsa	95.000	R\$ 12,70	R\$ 1.206.500,00
30	<p>Álcool gel antisséptico 70%: Bactericida e fungicida, eliminando de modo eficiente as bactérias, fungos e vírus preventivo a disseminação de infecções. Bolsa ou frasco de 800ml a 1200ml, adaptáveis a dispensadores.</p> <p>Atenção! O fornecedor deverá ceder os dispensers em comodato.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Frs/Bolsa	5.000	R\$ 12,70	R\$ 63.500,00
31	<p>Alcool liquido antisseptico 70%: composição: álcooletílico tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70º gl). Apresentação líquida, características adicionais, límpido e isento de impurezas; deverá constar na embalagem a marca, código de barras, composição, lote, fabricação, validade e dados de identificação do fabricante. Prazo de validade de no mínimo, 12 (doze) meses, registro no Ministério da Saúde e selo. Indicado para para uso hospitalar e assistência à saúde. Frasco de 1L. Cota Principal</p>	Frs/Bolsa	95.000	R\$ 6,29	R\$ 597.550,00
32	<p>Alcool liquido antisseptico 70%: composição: álcooletílico tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70º gl). Apresentação líquida, características adicionais, límpido e isento de impurezas; deverá constar na embalagem a marca, código de barras, composição, lote, fabricação, validade e dados de identificação do fabricante. Prazo de validade de no mínimo, 12 (doze) meses, registro no Ministério da Saúde e selo. Indicado para para uso hospitalar e assistência à saúde. Frasco de 1L.Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Frs/Bolsa	5.000	R\$ 6,29	R\$ 31.450,00
33	<p>Alcool liquido antisseptico 70%: Álcool etílico hidratado na</p>	Und	95.000	R\$ 2,80	R\$ 266.000,00

	concentração de 70º INPM (70% em peso). Indicado como antisséptico tópico, utilizado para fazer a assepsia da pele em machucados ou antes de procedimentos pouco invasivos. Almotolia com 100ml. Álcool etílico hidratado na concentração de 70º INPM (70% em peso). Indicado como antisséptico tópico, utilizado para fazer a assepsia da pele em machucados ou antes de procedimentos pouco invasivos. Almotolia com 100ml. Cota Principal				
34	Alcool liquido antiséptico 70%: Álcool etílico hidratado na concentração de 70º INPM (70% em peso). Indicado como antisséptico tópico, utilizado para fazer a assepsia da pele em machucados ou antes de procedimentos pouco invasivos. Almotolia com 100ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 2,80	R\$ 14.000,00
35	Coletor de Material Perfurocortante 13L: Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção a Saúde. A Caixa Coletora deve ser fabricada dentro das normas atuais da NBR 13853, garantindo a total proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos contaminados. Composto de papel resistente e saco plástico resistente, fabricado em papelão ondulado, trava de segurança em todos os tamanhos, descartável e de uso único, possui alça dupla para transporte. Medidas: Comprimento: 285 mm, Largura: 205 mm, Altura: 240 mm. Capacidade total: 13L. Cor amarela. O Kit deve ser constituído de: Sacola plástica amarela, Fundo rígido, Cinta lateral, Bandeja interna. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 5,49	R\$ 260.775,00
36	Coletor de Material Perfurocortante 13L: Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção a Saúde. A Caixa Coletora deve ser fabricada dentro das normas atuais da NBR 13853, garantindo a total proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos contaminados. Composto de papel resistente e saco plástico resistente, fabricado em papelão ondulado, trava de segurança em todos os tamanhos, descartável e de uso único, possui alça dupla para transporte. Medidas: Comprimento: 285 mm, Largura: 205 mm, Altura: 240 mm. Capacidade total: 13L. Cor amarela. O Kit deve ser constituído de: Sacola plástica amarela, Fundo rígido, Cinta lateral, Bandeja interna. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 5,49	R\$ 13.725,00
37	Coletor de Material químico: Tem como finalidade de uso o desprezo por materiais perfuro cortantes com resíduos químicos confeccionado a partir de: papelão ondulado (caixa externa e bandeja), papel rígido (cinta interna e fundo rígido) e saco plástico impermeável. Capacidade: 13 Litros. Comprimento: 285 mm. Largura: 205 mm. Altura: 240 mm. Cor: Laranja Cota Principal	Und	47.500	R\$ 21,89	R\$ 1.039.775,00
38	Coletor de Material químico: Tem como finalidade de uso o desprezo por materiais perfuro cortantes com resíduos químicos confeccionado a partir de: papelão ondulado (caixa externa e bandeja), papel rígido (cinta interna e fundo rígido) e saco plástico impermeável. Capacidade: 13 Litros. Comprimento: 285 mm. Largura: 205 mm. Altura: 240 mm. Cor: Laranja Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 21,89	R\$ 54.725,00
39	Saco para Hamper: Saco para roupas infectantes com cordão para facilitar o fechamento, constituído em polietileno de alta densidade (PEAD) virgem com solda beira lateral, homogênea e uniforme. Produto normatizado com os padrões da ABNT. Simbologia infectante de acordo com ABNT/NBR 7500. Produto descartável, eficiente, prático e higiênico. Capacidade 120l. Dimensões: 90x105cm. Embalagem 50 unidades. Cota Principal	Pct	47.500	R\$ 79,50	R\$ 3.776.250,00
40	Saco para Hamper: Saco para roupas infectantes com cordão para facilitar o fechamento, constituído em polietileno de alta densidade (PEAD) virgem com solda beira lateral, homogênea e uniforme. Produto normatizado com os padrões da ABNT. Simbologia infectante de acordo com ABNT/NBR 7500. Produto descartável, eficiente, prático e higiênico. Capacidade 120l. Dimensões: 90x105cm. Embalagem 50 unidades. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	2.500	R\$ 79,50	R\$ 198.750,00

41	Detergente desengordurante alcalino: detergente biodegradável, de alto poder desengordurante, desenvolvido para a lavagem manual de qualquer superfície lavável, com alto poder de formação de espuma e remoção de resíduos alimentares e gordurosos comuns em cozinhas como: gordura vegetal e animal, deve possuir agente anti-redepositante que impede que a gordura e a sujeira se depositem novamente, durante a lavagem, sobre a superfície limpa. Deve conter tensoativos biodegradáveis. Não agredir o meio ambiente, rápida diluição em água, possuir agentes especiais de remoção de gorduras, alto poder de formação de espuma, facilmente removido por enxágüe, produto aprovado para utilização em indústria alimentícia e utensílios de cozinha, não deve conter fragrância. pH: a 25°C 13,5 - 14. Porcentagem de ativos: %. 26,0 – 30,0. Apresentação: galão com 5 litros. Cota Principal	Galão	23.750	R\$ 24,39	R\$ 579.262,50
42	Detergente desengordurante alcalino: detergente biodegradável, de alto poder desengordurante, desenvolvido para a lavagem manual de qualquer superfície lavável, com alto poder de formação de espuma e remoção de resíduos alimentares e gordurosos comuns em cozinhas como: gordura vegetal e animal, deve possuir agente anti-redepositante que impede que a gordura e a sujeira se depositem novamente, durante a lavagem, sobre a superfície limpa. Deve conter tensoativos biodegradáveis. Não agredir o meio ambiente, rápida diluição em água, possuir agentes especiais de remoção de gorduras, alto poder de formação de espuma, facilmente removido por enxágüe, produto aprovado para utilização em indústria alimentícia e utensílios de cozinha, não deve conter fragrância. pH: a 25°C 13,5 - 14. Porcentagem de ativos: %. 26,0 – 30,0. Apresentação: galão com 5 litros. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	1.250	R\$ 24,39	R\$ 30.487,50
43	Desinfetante para hortifrútículas a base de hipoclorito de sódio 1% a 2,5% n = - concentrado. Utilizado na desinfecção de verduras, legumes e frutas. Auxiliando na remoção de resíduos químicos e sujeiras. Possui eficácia comprovada na eliminação de microrganismos comumente presentes em alimentos. Ação bactericida frente às cepas Enterococcus faecium e Escherichia coli. Apresentação 350ml. Cota Principal	Und	19.000	R\$ 16,23	R\$ 308.370,00
44	Desinfetante para hortifrútículas a base de hipoclorito de sódio 1% a 2,5% n = - concentrado. Utilizado na desinfecção de verduras, legumes e frutas. Auxiliando na remoção de resíduos químicos e sujeiras. Possui eficácia comprovada na eliminação de microrganismos comumente presentes em alimentos. Ação bactericida frente às cepas Enterococcus faecium e Escherichia coli. Apresentação 350ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	1.000	R\$ 16,23	R\$ 16.230,00
45	Esponja de limpeza dupla face Composta de espuma de poliuretano e fibra sintética, devendo ser na cor verde e amarela. Deverá conter na embalagem a indicação de antibactérias, medindo aproximadamente 110mm x 75mm x 20mm. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	50.000	R\$ 0,35	R\$ 17.500,00
46	Esponja de fibra abrasiva: Fibra indicada para limpeza manual de superfícies com sujeiras difíceis de tirar, ideal para uso em painéis e formas de cozinha industrial. Dimensões: 130 x 240 mm. Na cor verde escura. Embalada em pacote com 10 unidades. Cota Principal	Pct	9.500	R\$ 58,20	R\$ 552.900,00
47	Esponja de fibra abrasiva: Fibra indicada para limpeza manual de superfícies com sujeiras difíceis de tirar, ideal para uso em painéis e formas de cozinha industrial. Dimensões: 130 x 240 mm. Na cor verde escura. Embalada em pacote com 10 unidades. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	500	R\$ 58,20	R\$ 29.100,00
48	Esponja (lã) de aço: para limpeza de painéis, talheres, louças, vidros e objetos de alumínio, composto de aço carbono de primeira qualidade, embalados em pacote plástico contendo 8 unidades, com peso líquido de 60g, no mínimo, por pacote. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	30.000	R\$ 1,74	R\$ 52.200,00
49	Luva de látex tamanho G para limpeza: Composição: em látex natural, com a palma antiderrapante, antialérgica, para limpeza em geral, cor	Par	47.500	R\$ 2,69	R\$ 127.775,00

	amarela, com certificado de autorização do Ministério do Trabalho. Cota Principal				
50	Luva de látex tamanho G para limpeza: Composição: em látex natural, com a palma antiderrapante, antialérgica, para limpeza em geral, cor amarela, com certificado de autorização do Ministério do Trabalho. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Par	2.500	R\$ 2,69	R\$ 6.725,00
51	Luva de látex tamanho M para limpeza: Composição: em látex natural, com a palma antiderrapante, antialérgica, para limpeza em geral, cor amarela, com certificado de autorização do Ministério do Trabalho. Cota Principal	Par	76.000	R\$ 2,64	R\$ 200.640,00
52	Luva de látex tamanho M para limpeza: Composição: em látex natural, com a palma antiderrapante, antialérgica, para limpeza em geral, cor amarela, com certificado de autorização do Ministério do Trabalho. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Par	4.000	R\$ 2,64	R\$ 10.560,00
53	Luva de látex tamanho P para limpeza: Composição: em látex natural, com a palma antiderrapante, antialérgica, para limpeza em geral, cor amarela, com certificado de autorização do Ministério do Trabalho. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Par	20.000	R\$ 3,19	R\$ 63.800,00
54	Saco branco para resíduo hospitalar infectante 50L: Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem na cor branco leitoso. Deve possuir solda lateral contínua, homogênea e uniforme. Produto de uso simples e único. Produto fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 9191:2008. Com símbolo infectante obedecendo a norma NBR 7500. Capacidade: 50L. Cota Principal	Pct	10.925	R\$ 35,00	R\$ 382.375,00
55	Saco branco para resíduo hospitalar infectante 50L: Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem na cor branco leitoso. Deve possuir solda lateral contínua, homogênea e uniforme. Produto de uso simples e único. Produto fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 9191:2008. Com símbolo infectante obedecendo a norma NBR 7500. Capacidade: 50L. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	575	R\$ 35,00	R\$ 20.125,00
56	Saco branco para resíduo hospitalar infectante 100L: Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem na cor branco leitoso. Deve possuir solda lateral contínua, homogênea e uniforme. Produto de uso simples e único. Produto fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 9191:2008. Com símbolo infectante obedecendo a norma NBR 7500. Capacidade: 100L. Cota Principal	Pct	19.000	R\$ 31,00	R\$ 589.000,00
57	Saco branco para resíduo hospitalar infectante 100L: Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem na cor branco leitoso. Deve possuir solda lateral contínua, homogênea e uniforme. Produto de uso simples e único. Produto fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 9191:2008. Com símbolo infectante obedecendo a norma NBR 7500. Capacidade: 100L. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	1.000	R\$ 31,00	R\$ 31.000,00
58	Saco branco para resíduo hospitalar infectante 200L: Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem na cor branco leitoso. Deve possuir solda lateral contínua, homogênea e uniforme. Produto de uso simples e único. Produto fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 9191:2008. Com símbolo infectante obedecendo a norma NBR 7500. Capacidade: 200L. Cota Principal	Pct	9.500	R\$ 48,06	R\$ 456.570,00
59	Saco branco para resíduo hospitalar infectante 200L: Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem na cor	Pct	500	R\$ 48,06	R\$ 24.030,00

	branco leitoso. Deve possuir solda lateral contínua, homogênea e uniforme. Produto de uso simples e único. Produto fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 9191:2008. Com símbolo infectante obedecendo a norma NBR 7500. Capacidade: 200L. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.				
60	Saco para resíduo químico 50L: Saco para acondicionamento de resíduos químicos, tóxicos, radioterápicos, constituído de Polietileno virgem de Alta Densidade (PEAD) oferecendo uma perfeita resistência mecânica, com solda lateral, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente não permitindo vazamentos, produzido dentro dos padrões da ABNT 9191 e NBR 7500 e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Com símbolo de resíduo químico. Capacidade: 50L. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	1.000	R\$ 25,67	R\$ 25.670,00
61	Saco para resíduo químico 50L: Saco para acondicionamento de resíduos químicos, tóxicos, radioterápicos, constituído de Polietileno virgem de Alta Densidade (PEAD) oferecendo uma perfeita resistência mecânica, com solda lateral, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente não permitindo vazamentos, produzido dentro dos padrões da ABNT 9191 e NBR 7500 e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Com símbolo de resíduo químico. Capacidade: 50L. Cota Principal	Pct	1.900	R\$ 81,00	R\$ 153.900,00
62	Saco para resíduo químico 100L: Saco para acondicionamento de resíduos químicos, tóxicos, radioterápicos, constituído de Polietileno virgem de Alta Densidade (PEAD) oferecendo uma perfeita resistência mecânica, com solda lateral, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente não permitindo vazamentos, produzido dentro dos padrões da ABNT 9191 e NBR 7500 e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Com símbolo de resíduo químico. Capacidade: 100L. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	100	R\$ 81,00	R\$ 8.100,00
63	SSaco para lixo comum 30L, confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 30 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Cota Principal	Pct	47.500	R\$ 2,40	R\$ 114.000,00
64	Saco para lixo comum 30L, confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 30 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	2.500	R\$ 2,40	R\$ 6.000,00
65	Saco para lixo comum 50L, confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 50 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	3.000	R\$ 16,92	R\$ 50.760,00
66	Saco para lixo comum 100L, confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 100 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Cota Principal	Pct	4.750	R\$ 25,25	R\$ 119.937,50
67	Saco para lixo comum 100L, confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 100 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	250	R\$ 25,25	R\$ 6.312,50

68	Saco para lixo comum 200L , confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 200 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Cota Principal	Pct	4.750	R\$ 20,59	R\$ 97.802,50
69	Saco para lixo comum 200L , confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 200 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: Azul. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	250	R\$ 20,59	R\$ 5.147,50
70	Saco para lixo comum 50L , confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 50 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: preto. Cota Principal	Pct	47.500	R\$ 2,05	R\$ 97.375,00
71	Saco para lixo comum 50L , confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 50 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: preto. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	2.500	R\$ 2,05	R\$ 5.125,00
72	Saco para lixo comum 200L , confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 150 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: preto. Cota Principal	Pct	4.750	R\$ 31,80	R\$ 151.050,00
73	Saco para lixo comum 200L , confeccionado em polietileno de alta densidade, ultrarresistente à perfuração, não transparente, confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008 (requisitos e métodos de ensaio), não permitindo vazamento durante o manuseio ou impacto, capacidade para 150 litros. Pacote com o mínimo de 10 unidades. Cor: preto. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	250	R\$ 31,80	R\$ 7.950,00
74	Papel higiênico: Fragrância neutra, na cor branca, alvura iso maior que 80%, índice de maciez menor que 6 nm/g, resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m, tempo de absorção de agua menor que 6s, conforme norma ABNT NBR 15464-1 e 15134, características complementares: matéria prima 100% fibra vegetal, comprimento do rolo 30 m - com tolerância de 2%, com largura de 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro no Maximo 11,7 cm, largura do tubete 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro interno maior que 4cm, formato gofrado, picotado, rotulagem contendo: marca, quantidade de rolos, aroma, metragem do papel, com boa visibilidade do produto. Pacote com 4 rolos. (pacote com 4 rolos) Cota Principal	Pct	118.750	R\$ 4,42	R\$ 524.875,00
75	Papel higiênico: Fragrância neutra, na cor branca, alvura iso maior que 80%, índice de maciez menor que 6 nm/g, resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m, tempo de absorção de agua menor que 6s, conforme norma ABNT NBR 15464-1 e 15134, características complementares: matéria prima 100% fibra vegetal, comprimento do rolo 30 m - com tolerância de 2%, com largura de 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro no Maximo 11,7 cm, largura do tubete 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro interno maior que 4cm, formato gofrado, picotado, rotulagem contendo: marca, quantidade de rolos, aroma, metragem do papel, com boa visibilidade do produto. Pacote com 4 rolos. (pacote com 4 rolos) Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	6.250	R\$ 4,42	R\$ 27.625,00

76	Papel toalha interfolhas , deve ser suave, possuir boa propriedade de secagem, duas dobras, com as seguintes características: Composição do papel e matéria prima: 100% celulose virgem, sem perfume; Cor Branca, alvo gofrado; Dimensões aproximadas: 23x21cm, espessura do papel: 0,10mm; Embalagem: pacote/fardo com 1250 folhas. Qualidade do papel: sem sujidade, homogênea, suave e macia, resistente, com alta absorção, neutro, de primeira qualidade. Isento de materiais estranhos (partículas lenhosas, metálicas, fragmentos de materiais plásticos e outros). Possuir alta alvura e boa propriedade de secagem. Deve ser esteticamente aceitável e não se desintegrar com facilidade. Deve ser adaptável ao dispenser fornecido e instalado pela empresa contratada, em todos os locais indicados pela Administração (ao início do contrato, todos os dispensers deverão ser instalados e devidamente abastecidos). Cota Principal	Pct	760.000	R\$ 11,54	R\$ 8.770.400,00
77	Papel toalha interfolhas , deve ser suave, possuir boa propriedade de secagem, duas dobras, com as seguintes características: Composição do papel e matéria prima: 100% celulose virgem, sem perfume; Cor Branca, alvo gofrado; Dimensões aproximadas: 23x21cm, espessura do papel: 0,10mm; Embalagem: pacote/fardo com 1250 folhas. Qualidade do papel: sem sujidade, homogênea, suave e macia, resistente, com alta absorção, neutro, de primeira qualidade. Isento de materiais estranhos (partículas lenhosas, metálicas, fragmentos de materiais plásticos e outros). Possuir alta alvura e boa propriedade de secagem. Deve ser esteticamente aceitável e não se desintegrar com facilidade. Deve ser adaptável ao dispenser fornecido e instalado pela empresa contratada, em todos os locais indicados pela Administração (ao início do contrato, todos os dispensers deverão ser instalados e devidamente abastecidos). Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Pct	40.000	R\$ 11,54	R\$ 461.600,00
78	Desodorizador sanitário , em pastilha adesiva, fragrância suave, caixa com 3 unidades de pastilha, registro na ANVISA. Para uso em vaso sanitário, higienizante, poder bactericida, fragrância agradável. Registro ou notificação no Ministério da Saúde. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 4,90	R\$ 232.750,00
79	Desodorizador sanitário , em pastilha adesiva, fragrância suave, caixa com 3 unidades de pastilha, registro na ANVISA. Para uso em vaso sanitário, higienizante, poder bactericida, fragrância agradável. Registro ou notificação no Ministério da Saúde. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 4,90	R\$ 12.250,00
80	Lustra móveis : emulsão aquosa cremosa, para superfície em geral (exceto piso), composto cera, silicone, solvente, emulsificante, conservante, sequestrante, água, embalado em frasco plástico - 500ml. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 3,49	R\$ 17.450,00
81	Alvejante líquido para roupas – 50L : Alvejante clorado desinfetante destinado a etapa de lavagem e desinfecção de roupas hospitalares, com aspecto líquido, cor amarelada. composição: hipoclorito de sodio, estabilizante e veículo. produto registrado na anvisa. composição: base de hipoclorito de sódio. % cloro ativo: cerca de 10 a 12. Apresentação: 50 litros. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 314,00	R\$ 1.491.500,00
82	Alvejante líquido para roupas – 50L : Alvejante clorado desinfetante destinado a etapa de lavagem e desinfecção de roupas hospitalares, com aspecto líquido, cor amarelada. composição: hipoclorito de sodio, estabilizante e veículo. produto registrado na anvisa. composição: base de hipoclorito de sódio. % cloro ativo: cerca de 10 a 12. Apresentação: 50 litros. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	250	R\$ 314,00	R\$ 78.500,00
83	Aditivo alcalino líquido para roupas(sabão) – 50L : aditivo alcalino destinado a etapa de umectação e pré-lavagem de roupas hospitalares, com aspecto líquido viscoso, incolor, ph alcalino. composição: hidróxido de sodio, sequestrante e veículo. produto registrado na anvisa. composição: ácido alquil sulfônico, hidróxido de sódio, veículo, coadjuvante, tensoativo aniônico, emulsificante, tensoativo não iônico e ativos. apresentação: 50 litros Cota Principal	Galão	2.375	R\$ 565,00	R\$ 1.341.875,00

84	Aditivo alcalino liquido para roupas(sabão) – 50L: aditivo alcalino destinado a etapa de umectação e pré-lavagem de roupas hospitalares, com aspecto liquido viscoso, incolor, ph alcalino. composição: hidroxido de sodio, sequestrante e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: ácido alquil sulfônico, hidróxido de sódio, veículo, coadjuvante, tensoativo aniônico, emulsificante, tensoativo não iônico e ativos. apresnetação: 50 litros Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	125	R\$ 565,00	R\$ 70.625,00
85	Amaciante de roupas – 50L: amaciante perfumado com elevado poder de fixação de perfume e maciez destinado a etapa de amaciamento de roupas hospitalares, com aspecto liquido, azul, odor característico. composição: cloreto de diestarildimetil amonio, conservante, corante, fragancia e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: cloreto de diestearil dimetil amônio, cloreto de diestearil dimetil amônio, conservante, corante, essência e veículo aquoso. apresentação: 50 litros. Cota Principal	Galão	2.850	R\$ 215,00	R\$ 612.750,00
86	Amaciante de roupas – 50L: amaciante perfumado com elevado poder de fixação de perfume e maciez destinado a etapa de amaciamento de roupas hospitalares, com aspecto liquido, azul, odor característico. composição: cloreto de diestarildimetil amonio, conservante, corante, fragancia e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: cloreto de diestearil dimetil amônio, cloreto de diestearil dimetil amônio, conservante, corante, essência e veículo aquoso. apresentação: 50 litros. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	150	R\$ 215,00	R\$ 32.250,00
87	Detergente lava roupas(umectante) – 50L: Detergente completo de alta performance superconcentrado destinado a etapas de umectação, pré-lavagem e lavagem de roupas hospitalares, com aspecto liquido viscoso, branco, ph levemente alcalino. composição: acido sulfonico, alcalinizantes, sequestrantes, branqueador optico, conservante e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: alquil aril sulfonato, álccol graxo etoxilado. neutralizante, óleo de pinho, conservante e veículo aquoso desmineralizado. Apresentação: 50 litros Cota Principal	Galão	2.850	R\$ 478,23	R\$ 1.362.955,50
88	Detergente lava roupas(umectante) – 50L: Detergente completo de alta performance superconcentrado destinado a etapas de umectação, pré-lavagem e lavagem de roupas hospitalares, com aspecto liquido viscoso, branco, ph levemente alcalino. composição: acido sulfonico, alcalinizantes, sequestrantes, branqueador optico, conservante e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: alquil aril sulfonato, álccol graxo etoxilado. neutralizante, óleo de pinho, conservante e veículo aquoso desmineralizado. Apresentação: 50 litros Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Galão	150	R\$ 478,23	R\$ 71.734,50
89	Neutralizante liquido para roupas – 50L: Neutralizante e acidulante para meios alcalinos e clorados destinado a etapa de neutralização de roupas hospitalares, com aspecto liquido, branco, odor característico fisico acido, ph acido. composição: metabissulfito de sodio, acidulante e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: metabissulfito e gluconato. características físicoquímicas. finalidade de uso: neutralizante para substâncias cloradas e acidulantes para meios alcalinos. sua finalidade nos processos de lavanderias é a de eliminar todos os residuos clorados e alcalinos, permitindo assim um perfeito amaciamento. o produto devera ser registrado no ministério da saúde, registrado na anvisa. apresentação: 50 litros Cota Principal	Galão	2.375	R\$ 540,57	R\$ 1.283.853,75
90	Neutralizante liquido para roupas – 50L: Neutralizante e acidulante para meios alcalinos e clorados destinado a etapa de neutralização de roupas hospitalares, com aspecto liquido, branco, odor característico fisico acido, ph acido. composição: metabissulfito de sodio, acidulante e veiculo. produto registrado na anvisa. composição: metabissulfito e gluconato. características físicoquímicas. finalidade de uso: neutralizante para substâncias cloradas e acidulantes para meios alcalinos. sua finalidade nos processos de lavanderias é a de eliminar todos os residuos clorados e alcalinos, permitindo assim um perfeito amaciamento. o produto devera ser registrado no ministério da saúde,	Galão	125	R\$ 540,57	R\$ 67.571,25

	registrado na anvisa. apresentação: 50 litros Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.				
91	Saco de vinil vermelho com capacidade de até 90 Litros ou 50kilos que se adapte ao carro multifuncional fechado. Cota Principal	Und	23.750	R\$ 110,00	R\$ 2.612.500,00
92	Saco de vinil vermelho com capacidade de até 90 Litros ou 50kilos que se adapte ao carro multifuncional fechado. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	1.250	R\$ 110,00	R\$ 137.500,00
93	Fibra para limpeza leve: Produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água. Produzidas dentro de modernos padrões tecnológicos, podem ser usadas em diversas aplicações desde a área gastronômica até a limpeza pesada de pisos e paredes. De acordo com a Vigilância Sanitária, substituem com sucesso as lãs de aço, pois não soltam resíduos que contaminam alimentos e ambientes, sendo muito mais eficientes para a realização da limpeza. Limpa sem riscar, protegendo a aparência original das superfícies delicadas como azulejos, porcelanas, fórmicas, vidros, metais inoxidáveis, esmaltados e cromados. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	20.000	R\$ 1,48	R\$ 29.600,00
94	Fibra para limpeza pesada: Produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água. Produzidas dentro de modernos padrões tecnológicos, podem ser usadas em diversas aplicações desde a área gastronômica até a limpeza pesada de pisos e paredes. De acordo com a Vigilância Sanitária, substituem com sucesso as lãs de aço, pois não soltam resíduos que contaminam alimentos e ambientes, sendo muito mais eficientes para a realização da limpeza. Indicada para a remoção de crostas de panelas ou para a limpeza de final de obra onde se encontram resíduos mais resistentes. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 2,28	R\$ 108.300,00
95	Fibra para limpeza pesada: Produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água. Produzidas dentro de modernos padrões tecnológicos, podem ser usadas em diversas aplicações desde a área gastronômica até a limpeza pesada de pisos e paredes. De acordo com a Vigilância Sanitária, substituem com sucesso as lãs de aço, pois não soltam resíduos que contaminam alimentos e ambientes, sendo muito mais eficientes para a realização da limpeza. Indicada para a remoção de crostas de panelas ou para a limpeza de final de obra onde se encontram resíduos mais resistentes. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 2,28	R\$ 5.700,00
96	Iodopovidona 10% tópico(PVPI) - Almotolia 100 ML: Antisséptico para uso tópico. Solução aquosa a 10% de iodopolividona para assepsia. Anti-séptico à base de iodopovidona em solução aquosa, é uma preparação ativa contra uma ampla gama de microorganismos, cuja ação anti-séptica, rápida e de efeito residual, é garantida pelo iodopovidona, um complexo químico estável que libera o iodo progressivamente. Características do produto: Contém 10% de iodopolividona que equivale a 1% de iodo ativo, Aquoso, Antisséptico tópico. Registro M.S: Med. de Notif. Simp. RDC Anvisa no 199/2006. AFE N° 1.01.520-1. Almotolia 100ml. Cota Principal	Und	23.750	R\$ 3,93	R\$ 93.337,50
97	Iodopovidona 10% tópico(PVPI) - Almotolia 100 ML: Antisséptico para uso tópico. Solução aquosa a 10% de iodopolividona para assepsia. Anti-séptico à base de iodopovidona em solução aquosa, é uma preparação ativa contra uma ampla gama de microorganismos, cuja ação anti-séptica, rápida e de efeito residual, é garantida pelo iodopovidona, um complexo químico estável que libera o iodo progressivamente. Características do produto: Contém 10% de iodopolividona que equivale a 1% de iodo ativo, Aquoso, Antisséptico tópico. Registro M.S: Med. de Notif. Simp. RDC Anvisa no 199/2006. AFE N° 1.01.520-1.	Und	1.250	R\$ 3,93	R\$ 4.912,50

	Almotolia 100ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.				
98	Iodopovidona 10% degermante(PVPI) – Almotolia 100ML: É uma solução a base de iodopolividona com tensoativo, utilizado na assepsia de pele, mãos e antebraços. Com ação de degermação de coloração âmbar é indicado na preparação e demarcação do local onde será feita a incisão cirúrgica. Solução Aquosa Dermo Suave Degermante. Registro M.S: Med. de Notif. Simp. RDC Anvisa no 199/2006. AFE N° 1.01.520-1. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Principal	Und	23.750	R\$ 3,34	R\$ 79.325,00
99	Iodopovidona 10% degermante(PVPI) – Almotolia 100ML: É uma solução a base de iodopolividona com tensoativo, utilizado na assepsia de pele, mãos e antebraços. Com ação de degermação de coloração âmbar é indicado na preparação e demarcação do local onde será feita a incisão cirúrgica. Solução Aquosa Dermo Suave Degermante. Registro M.S: Med. de Notif. Simp. RDC Anvisa no 199/2006. AFE N° 1.01.520-1. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	1.250	R\$ 3,34	R\$ 4.175,00
100	Clorexidina 2% solução degermante com tensativos - Almotolia de 100 ml: 2% de digliconato de clorexidina com tensoativos, poderoso antisséptico de amplo espectro no controle de bactérias Gram-positivas, Gram-negativas, fungos e esporos. Deve assegurar o cumprimento das regras e exigências RDC 199/2006. Dever apresentar laudos e eficácia comprovada. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 2,50	R\$ 118.750,00
101	Clorexidina 2% solução degermante com tensativos - Almotolia de 100 ml: 2% de digliconato de clorexidina com tensoativos, poderoso antisséptico de amplo espectro no controle de bactérias Gram-positivas, Gram-negativas, fungos e esporos. Deve assegurar o cumprimento das regras e exigências RDC 199/2006. Dever apresentar laudos e eficácia comprovada. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 2,50	R\$ 6.250,00
102	Clorexidina 2% solução alcoólica - Almotolia de 100 ml: 2% de digliconato de clorexidina, utilizado para antisepsia do campo operatório, da pele antes de procedimentos invasivos, no sítio de infecção de catéteres vasculares centrais e periféricos e na manipulação de conexão e conectores. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 13,20	R\$ 627.000,00
103	Clorexidina 2% solução alcoólica - Almotolia de 100 ml: 2% de digliconato de clorexidina, utilizado para antisepsia do campo operatório, da pele antes de procedimentos invasivos, no sítio de infecção de catéteres vasculares centrais e periféricos e na manipulação de conexão e conectores. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.500	R\$ 13,20	R\$ 33.000,00
104	Clorexidina 2% solução aquosa - Almotolia de 100 ml: Preparo de mucosas para realização de procedimentos cirúrgicos, preparo, preparo da região genital para sondagem vesical, uso de curativo diário de cateter central e periférico e antisepsia extrabucal em procedimentos odontológicos. Apresentação: Almotolia 100ml. Cota Principal	Und	47.500	R\$ 11,20	R\$ 532.000,00
105	Clorexidina 2% solução aquosa - Almotolia de 100 ml: Preparo de	Und	2.500	R\$ 11,20	R\$ 28.000,00

	<p>mucosas para realização de procedimentos cirúrgicos, preparo, preparo da região genital para sondagem vesical, uso de curativo diário de cateter central e periférico e antissepsia extrabucal em procedimentos odontológicos.</p> <p>Apresentação: Almotolia 100ml.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>				
106	<p>Detergente enzimático – detergente desenvolvido para a limpeza manual e ultrassônica dos artigos cirúrgicos, endoscópios, equipamentos de fibra ótica e artigos hospitalares em geral, sua composição deve atender a RDC/ANVISA Nº 55 de 14/11/2012 e conter no mínimo 5 enzimas. O detergente deve ter a mesma diluição para lavagem manual e automatizada, a diluição pode variar de 1 à 5 ml/litro de água. O fornecedor deverá fornecer 01 diluidor automático para detergente em regime de comodato e comprovar a eficácia dos produtos através dos laudos exigidos pela RDC/ANVISA Nº 55 14/11/2012.</p> <p>Apresentação: 5L.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	14.250	R\$ 90,00	R\$ 1.282.500,00
107	<p>Detergente enzimático – detergente desenvolvido para a limpeza manual e ultrassônica dos artigos cirúrgicos, endoscópios, equipamentos de fibra ótica e artigos hospitalares em geral, sua composição deve atender a RDC/ANVISA Nº 55 de 14/11/2012 e conter no mínimo 5 enzimas. O detergente deve ter a mesma diluição para lavagem manual e automatizada, a diluição pode variar de 1 à 5 ml/litro de água. O fornecedor deverá fornecer 01 diluidor automático para detergente em regime de comodato e comprovar a eficácia dos produtos através dos laudos exigidos pela RDC/ANVISA Nº 55 14/11/2012.</p> <p>Apresentação: 5L.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Und	750	R\$ 90,00	R\$ 67.500,00
108	<p>Ácido Peracético 2% - Produto pronto uso, validade após abertura de 30 dias, tempo de imersão para realização de desinfecção de alto nível entre 10 à 20 minutos. O fornecedor deverá entregar para cada galão o número mínimo de 15 fitas para avaliar a concentração diária do produto, o inibidor de corrosão e apresentar os laudos emitidos por laboratório Reblado que comprovem a eficácia do produto. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto. Apresentação: 1L Cota Principal</p>	Und	14.250	R\$ 45,00	R\$ 641.250,00
109	<p>Ácido Peracético 2% - Produto pronto uso, validade após abertura de 30 dias, tempo de imersão para realização de desinfecção de alto nível entre 10 à 20 minutos. O fornecedor deverá entregar para cada galão o número mínimo de 15 fitas para avaliar a concentração diária do produto, o inibidor de corrosão e apresentar os laudos emitidos por laboratório Reblado que comprovem a eficácia do produto. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto. Apresentação: 1L Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Und	750	R\$ 45,00	R\$ 33.750,00
110	<p>Glutaraldeído 2% - desinfetante pronto uso, validade após abertura de 30 dias, tempo de imersão para realização de desinfecção de alto nível de 10 minutos. O fornecedor deverá entregar para cada galão o número mínimo de 15 fitas para avaliar a concentração diária do produto, o metabissulfito de sódio em quantidade suficiente para descarte do produto e apresentar os laudos emitidos por laboratório Reblado que comprovem a eficácia do produto. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: 1L.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	14.250	R\$ 15,00	R\$ 213.750,00
111	<p>Glutaraldeído 2% - desinfetante pronto uso, validade após abertura de 30 dias, tempo de imersão para realização de desinfecção de alto nível de 10 minutos. O fornecedor deverá entregar para cada galão o número mínimo de 15 fitas para avaliar a concentração diária do produto, o</p>	Und	750	R\$ 15,00	R\$ 11.250,00

	<p>metabissulfito de sódio em quantidade suficiente para descarte do produto e apresentar os laudos emitidos por laboratório Reblado que comprovem a eficácia do produto. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: 1L.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>				
112	<p>Lubrificante de instrumentais - lubrificante mineral não siliconado, pronto uso, constituindo-se basicamente de óleos minerais neutros. Protege e lubrifica os instrumentais, é resistente ao calor, atóxico e completamente permeável ao vapor da autoclave. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: Frasco spray 750 ml.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	9.500	R\$ 71,75	R\$ 681.625,00
113	<p>Lubrificante de instrumentais - lubrificante mineral não siliconado, pronto uso, constituindo-se basicamente de óleos minerais neutros. Protege e lubrifica os instrumentais, é resistente ao calor, atóxico e completamente permeável ao vapor da autoclave. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: Frasco spray 750 ml.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Und	500	R\$ 71,75	R\$ 35.875,00
114	<p>Solução Revitalizadora - atua na remoção de manchas, oxidação, placas e depósitos alcalinos ferrosos dos instrumentais cirúrgicos em aço inox. Libera articulações e mecanismos emperrados. Diluição entre 50 à 200 ml por litro de água. Composição: Ácido Fosfórico, tensoativo não-lônico. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: Frasco 1 litro.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	4.750	R\$ 43,00	R\$ 204.250,00
115	<p>Solução Revitalizadora - atua na remoção de manchas, oxidação, placas e depósitos alcalinos ferrosos dos instrumentais cirúrgicos em aço inox. Libera articulações e mecanismos emperrados. Diluição entre 50 à 200 ml por litro de água. Composição: Ácido Fosfórico, tensoativo não-lônico. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: Frasco 1 litro.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Und	250	R\$ 43,00	R\$ 10.750,00
116	<p>Detergente Neutro hospitalar para limpeza de instrumentais: Para limpeza ou pré limpeza de instrumental cirúrgico e artigos médicos de forma geral, Pode ser usado com segurança em inox, PVC, acrílico, polietileno, vidro, porcelana e outras superfícies laváveis. Possui mistura de tensoativos especialmente formulada para remover, com facilidade, sujeiras lipídicas e proteicas normalmente encontradas no ambiente hospitalar.</p> <p>O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: 1L.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	9.500	R\$ 16,02	R\$ 152.190,00
117	<p>Detergente Neutro hospitalar para limpeza de instrumentais: Para limpeza ou pré limpeza de instrumental cirúrgico e artigos médicos de forma geral, Pode ser usado com segurança em inox, PVC, acrílico, polietileno, vidro, porcelana e outras superfícies laváveis. Possui mistura de tensoativos especialmente formulada para remover, com facilidade, sujeiras lipídicas e proteicas normalmente encontradas no ambiente hospitalar.</p> <p>O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto.</p> <p>Apresentação: 1L.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.</p>	Und	500	R\$ 16,02	R\$ 8.010,00

118	Solução para limpeza da câmara interna das autoclaves - detergente ácido na forma de espuma, composto por uma mistura de tensoativos não iônicos e ácido fosfórico, com uma formulação balanceada que agrega alto desempenho e segurança na limpeza de oxidações (ferrugem), placas e sujidades minerais de materiais fabricados em aço inox. Apresentação – Frasco spray 750 ml. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 81,04	R\$ 384.940,00
119	Solução para limpeza da câmara interna das autoclaves - detergente ácido na forma de espuma, composto por uma mistura de tensoativos não iônicos e ácido fosfórico, com uma formulação balanceada que agrega alto desempenho e segurança na limpeza de oxidações (ferrugem), placas e sujidades minerais de materiais fabricados em aço inox. Apresentação – Frasco spray 750 ml. O fornecedor deverá apresentar os laudos que comprovem a eficácia do produto. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	250	R\$ 81,04	R\$ 20.260,00
120	Cera acrílica incolor: é um impermeabilizante ideal para pisos hospitalares devido ao seu baixo odor. é altamente resistente ao tráfego pesado, dispensa o uso de selador, mesmo em pisos porosos. é um impermeabilizante com alto teor de sólidos (ca.30%), secagem rápida, fluidez na aplicação, fácil manutenção, alta durabilidade e performance. proporciona um efeito antiderrapante com eliminação por completo da porosidade do piso. Composição: polímero com resinas acrílicas puras, agentes coalescentes com éteres de glicóis, agentes nivelante, tensoativo carboxifluorado e agentes plastificantes. Apresentação: 5 litros Cota Principal	Und	9.500	R\$ 70,00	R\$ 665.000,00
121	Cera acrílica incolor: é um impermeabilizante ideal para pisos hospitalares devido ao seu baixo odor. é altamente resistente ao tráfego pesado, dispensa o uso de selador, mesmo em pisos porosos. é um impermeabilizante com alto teor de sólidos (ca.30%), secagem rápida, fluidez na aplicação, fácil manutenção, alta durabilidade e performance. proporciona um efeito antiderrapante com eliminação por completo da porosidade do piso. Composição: polímero com resinas acrílicas puras, agentes coalescentes com éteres de glicóis, agentes nivelante, tensoativo carboxifluorado e agentes plastificantes. Apresentação: 5 litros Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	500	R\$ 70,00	R\$ 35.000,00
122	Balde duas águas: balde 30 litros com sistema de 2 águas com divisória para 18 e 12 litros, espremador com pressão superior, um dreno de escoamento de água suja e rodízios para facilitar seu deslocamento. cor: amarela. Cota Principal	Und	1.900	R\$ 293,00	R\$ 556.700,00
123	Balde duas águas: balde 30 litros com sistema de 2 águas com divisória para 18 e 12 litros, espremador com pressão superior, um dreno de escoamento de água suja e rodízios para facilitar seu deslocamento. cor: amarela. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 293,00	R\$ 29.300,00
124	Carro multifuncional fechado para o serviço de Higienização Hospitalar, desenvolvido para otimizar a produtividade das tarefas de limpeza, transportar com segurança e praticidade, diversos acessórios e produtos para ações de limpeza úmida ou seca, deve respeitar às indicações das NR's 32 e 17 que determinam normas para diversas atividades em serviços de saúde, visando a prevenção de acidentes e a proteção da integridade física dos trabalhadores. Deve apresentar um comprimento aproximado de 90 cm, largura 60 cm e altura 53 cm, fabricado em polipropileno ou material similar, cor: cinza e deve conter saco de vinil vermelho com capacidade de até 90 Litros ou 50 kilos na parte traseira. Possuir 4 rodas, sendo que 2 delas são fixas e 2 giratórias, facilitando as manobras inclusive em ambientes pequenos.	Und	1.900	R\$ 1.125,00	R\$ 2.137.500,00

	Na parte frontal deve existir um espaço reservado para acomodar o balde espremedor. Cota Principal				
125	Carro multifuncional fechado para o serviço de Higienização Hospitalar , desenvolvido para otimizar a produtividade das tarefas de limpeza, transportar com segurança e praticidade, diversos acessórios e produtos para ações de limpeza úmida ou seca, deve respeitar às indicações das NR's 32 e 17 que determinam normas para diversas atividades em serviços de saúde, visando a prevenção de acidentes e a proteção da integridade física dos trabalhadores. Deve apresentar um comprimento aproximado de 90 cm, largura 60 cm e altura 53 cm, fabricado em polipropileno ou material similar, cor: cinza e deve conter saco de vinil vermelho com capacidade de até 90 Litros ou 50 kilos na parte traseira. Possuir 4 rodas, sendo que 2 delas são fixas e 2 giratórios, facilitando as manobras inclusive em ambientes pequenos. Na parte frontal deve existir um espaço reservado para acomodar o balde espremedor. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 1.125,00	R\$ 112.500,00
126	Cesto funcional para transporte e acondicionamento de equipamentos, acessórios e outros insumos para tarefas de limpeza e higienização. Produzidos em Polipropileno, proporcionam excelente durabilidade e resistem à ação de químicos e de quebras. Cabo anatômico, promove ergonomia e previne danos às mãos dos operadores e superfícies nos ambientes onde são utilizados, Dimensões do Cesto: comprimento: 36 cm, largura: 23,5 cm, altura: 20 cm. Cor: Vermelho. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	2.000	R\$ 38,80	R\$ 77.600,00
127	Cesto funcional: para transporte e acondicionamento de equipamentos, acessórios e outros insumos para tarefas de limpeza e higienização. Produzidos em Polipropileno, proporcionam excelente durabilidade e resistem à ação de químicos e de quebras. Cabo anatômico, promove ergonomia e previne danos às mãos dos operadores e superfícies nos ambientes onde são utilizados, Dimensões do Cesto: comprimento: 36 cm, largura: 23,5 cm, altura: 20 cm. Cor: Amarelo. Cota Principal	Und	1.900	R\$ 44,46	R\$ 84.474,00
128	Cesto funcional: para transporte e acondicionamento de equipamentos, acessórios e outros insumos para tarefas de limpeza e higienização. Produzidos em Polipropileno, proporcionam excelente durabilidade e resistem à ação de químicos e de quebras. Cabo anatômico, promove ergonomia e previne danos às mãos dos operadores e superfícies nos ambientes onde são utilizados, Dimensões do Cesto: comprimento: 36 cm, largura: 23,5 cm, altura: 20 cm. Cor: Amarelo. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 44,46	R\$ 4.446,00
129	Sistema mop úmido composto por: Cabo de alumínio anodizado com rosca (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador, garra amarela produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil, o refil do mop úmido 100% de microfibra, com peso inferior a 400 gramas, na cor: branco, medindo aproximadamente 35x17cm. Cota Principal	Und	2.850	R\$ 55,00	R\$ 156.750,00
130	Sistema mop úmido composto por: Cabo de alumínio anodizado com rosca (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador, garra amarela produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil, o refil do mop úmido 100% de microfibra, com peso inferior a 400 gramas, na cor: branco, medindo aproximadamente 35x17cm. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	150	R\$ 55,00	R\$ 8.250,00
131	Garra para mop úmido: produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do	Und	3.800	R\$ 22,35	R\$ 84.930,00

	refil. Cor: Azul. Cota Principal				
132	Garra para mop úmido: produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil. Cor: Azul. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	200	R\$ 22,35	R\$ 4.470,00
133	Garra para mop úmido: produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil. Cor: Amarelo. Cota Principal	Und	3.800	R\$ 53,05	R\$ 201.590,00
134	Garra para mop úmido: produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil. Cor: Amarelo. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	200	R\$ 53,05	R\$ 10.610,00
135	Garra para mop úmido: produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil. Cor: Vermelho. Cota Principal	Und	3.800	R\$ 48,80	R\$ 185.440,00
136	Garra para mop úmido: produzida em polipropileno ultra resistente com sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação do refil. Cor: Vermelho. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	200	R\$ 48,80	R\$ 9.760,00
137	Sistema mop pó composto por: Cabo de alumínio anodizado com rosca (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador, suporte fabricado em polipropileno ultra resistente, ideal para ambientes hospitalares, por não oxidar, medindo 40 cm e refil mop pó composto por fios 100% microfibras com sistema inovador de fios tramados que não soltam fiapos, alto poder de retenção e abrasividade na limpeza, indicado para áreas hospitalares, laboratoriais e salas limpas, medindo aproximadamente 15x40 cm. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 71,10	R\$ 337.725,00
138	Sistema mop pó composto por: Cabo de alumínio anodizado com rosca (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador, suporte fabricado em polipropileno ultra resistente, ideal para ambientes hospitalares, por não oxidar, medindo 40 cm e refil mop pó composto por fios 100% microfibras com sistema inovador de fios tramados que não soltam fiapos, alto poder de retenção e abrasividade na limpeza, indicado para áreas hospitalares, laboratoriais e salas limpas, medindo aproximadamente 15x40 cm. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	250	R\$ 71,10	R\$ 17.775,00
139	Suporte para mop pó fabricado em polipropileno ultra resistente, ideal para ambientes hospitalares, por não oxidar, medindo 40 cm. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 45,00	R\$ 213.750,00
140	Suporte para mop pó fabricado em polipropileno ultra resistente, ideal para ambientes hospitalares, por não oxidar, medindo 40 cm. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	250	R\$ 45,00	R\$ 11.250,00
141	Cabo de alumínio anodizado com rosca amarela (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	3.000	R\$ 18,30	R\$ 54.900,00
142	Cabo de alumínio anodizado com rosca vermelha (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	3.000	R\$ 18,30	R\$ 54.900,00
143	Cabo de alumínio anodizado com rosca azul (1,40 mx24mm de diâmetro), pesando 0,320 Kg, deve ser leve e oferecer excelente durabilidade e ergonomia, permitindo aos operadores manterem a	Und	3.000	R\$ 18,30	R\$ 54.900,00

	sua postura ereta, evitando danos à saúde do trabalhador. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.				
144	Pá coletora com caixa em polipropileno de alta resistência e cabo de alumínio com manopla com formato anatômico, além de apresentar a altura correta para o operador que efetua o recolhimento dos detritos e sujidades em diversos pisos, deve ser leve e resistente e evitar a fadiga do operador podendo ser utilizada em todos os ambientes. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 29,00	R\$ 137.750,00
145	Pá coletora com caixa em polipropileno de alta resistência e cabo de alumínio com manopla com formato anatômico, além de apresentar a altura correta para o operador que efetua o recolhimento dos detritos e sujidades em diversos pisos, deve ser leve e resistente e evitar a fadiga do operador podendo ser utilizada em todos os ambientes. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	250	R\$ 29,00	R\$ 7.250,00
146	Mini vassoura para pá: produzida em polipropileno de alta resistência, cerdas macias de PET e cabo em alumínio que proporciona facilidade em sua higienização. O comprimento do cabo e seu formato angular deve proporcionar perfeita ergonomia para o usuário em relação à pá coletora. Com peso leve, deve permitir a coleta de sujidades de maneira rápida e eficaz, ideal para equipar carros funcionais. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 44,30	R\$ 210.425,00
147	Mini vassoura para pá: produzida em polipropileno de alta resistência, cerdas macias de PET e cabo em alumínio que proporciona facilidade em sua higienização. O comprimento do cabo e seu formato angular deve proporcionar perfeita ergonomia para o usuário em relação à pá coletora. Com peso leve, deve permitir a coleta de sujidades de maneira rápida e eficaz, ideal para equipar carros funcionais. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	250	R\$ 44,30	R\$ 11.075,00
148	Pulverizador transparente 1000 ml - fabricado em polipropileno é resistente para carregar soluções de limpeza como detergentes, limpa vidros, desinfetantes e limpadores gerais. O jato do pulverizador pode ser dirigido ou em leque. Frasco para projetar líquido em gotas tenuíssimas Bocal adaptável para uso versátil Tampa de torção fácil para recargas simples Material resistente e durável Fácil de lavar. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 12,19	R\$ 60.950,00
149	Sistema MOP esfregão: cabo de alumínio anodizado (1,40 m x 24mm de diâmetro) com rosca, suporte fabricado em polipropileno ultra resistente indicado para a utilização de fibras abrasivas de limpeza. Com junção articulada, pode ser utilizado em pisos, paredes e diversas superfícies. Quando utilizado com cabo, alcança áreas em alturas de até 9 metros e previne acidentes de trabalho, limpar qualquer tipo de superfície com facilidade e eficiência em função da articulação no suporte. Produzidos em 4 cores, podem ser identificadas por área de utilização evitando a transferência de contaminações entre ambientes. Indicados cabos de 24 mme fibra para limpeza leve ou pesada. Cota Principal	Und	3.800	R\$ 55,00	R\$ 209.000,00
150	Sistema MOP esfregão: cabo de alumínio anodizado (1,40 m x 24mm de diâmetro) com rosca, suporte fabricado em polipropileno ultra resistente indicado para a utilização de fibras abrasivas de limpeza. Com junção articulada, pode ser utilizado em pisos, paredes e diversas superfícies. Quando utilizado com cabo, alcança áreas em alturas de até 9 metros e previne acidentes de trabalho, limpar qualquer tipo de superfície com facilidade e eficiência em função da articulação no suporte. Produzidos em 4 cores, podem ser identificadas por área de utilização evitando a transferência de contaminações entre ambientes. Indicados cabos de 24 mme fibra para limpeza leve ou pesada. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	200	R\$ 55,00	R\$ 11.000,00
151	Suporte do MOP esfregão: possui sistema de fixação do cabo através de rosca universal. Com junção articulada, pode ser utilizado em pisos, paredes e diversas superfícies, deve aceitar fibras para limpeza leve ou pesada. Cota Principal	Und	2.850	R\$ 42,88	R\$ 122.208,00
152	Suporte do MOP esfregão: possui sistema de fixação do cabo através de rosca universal. Com junção articulada, pode ser utilizado em pisos,	Und	150	R\$ 42,88	R\$ 6.432,00

	paredes e diversas superfícies, deve aceitar fibras para limpeza leve ou pesada. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.				
153	Placa de sinalização PISO MOLHADO: produzidas em polipropileno injetado de alta resistência, cor amarela, dimensões: 30 cm de largura x 66 cm de altura. As placas sinalizadoras são obrigatórias em todo o território brasileiro, para serem utilizadas como equipamentos de segurança coletiva na prevenção de risco de acidentes e preservando a integridade das pessoas, equipamentos e instalações e evitando prejuízos indesejados. Cota Principal	Und	2.850	R\$ 59,99	R\$ 170.971,50
154	Placa de sinalização PISO MOLHADO: produzidas em polipropileno injetado de alta resistência, cor amarela, dimensões: 30 cm de largura x 66 cm de altura. As placas sinalizadoras são obrigatórias em todo o território brasileiro, para serem utilizadas como equipamentos de segurança coletiva na prevenção de risco de acidentes e preservando a integridade das pessoas, equipamentos e instalações e evitando prejuízos indesejados. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	150	R\$ 59,99	R\$ 8.998,50
155	Rodo de Alumínio 60cm, com Cabo de alumínio de 150cm, com lâmina de borracha dupla. Alta eficiência na secagem de superfícies. Material leve e não prejudica a postura quando vai puxar a água. Cota Principal	Und	3.800	R\$ 29,90	R\$ 113.620,00
156	Rodo de Alumínio 60cm, com Cabo de alumínio de 150cm, com lâmina de borracha dupla. Alta eficiência na secagem de superfícies. Material leve e não prejudica a postura quando vai puxar a água. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	200	R\$ 29,90	R\$ 5.980,00
157	Kit limpa vidro: composto por uma extensão telescópica fabricada em alumínio anodizado, podem atingir de 1 a 9 metros de altura, um limpador de vidro comprimento 35 cm e dois raspadores multiuso. Cota Principal	Und	1.900	R\$ 260,66	R\$ 495.254,00
158	Kit limpa vidro: composto por uma extensão telescópica fabricada em alumínio anodizado, podem atingir de 1 a 9 metros de altura, um limpador de vidro comprimento 35 cm e dois raspadores multiuso. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 260,66	R\$ 26.066,00
159	Balde de plástico, em polipropileno copolimero sem tampa com aro, capacidade de 10L. cor: preto. Dimensões aproximadamente 27cm x 26cm x 24,5cm (Altura x Comprimento x Largura); Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	3.000	R\$ 9,00	R\$ 27.000,00
160	Balde de plástico em polipropileno copolimero sem tampa com aro, capacidade de 20L. Cor: preto. Dimensões aproximadamente 35 cm x 33 cm x 35 cm (Altura x Comprimento x Largura); Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	3.000	R\$ 11,49	R\$ 34.470,00
161	Lixeira contêiner com Pedal e Rodas 240L: Produzida em Polipropileno PP ou Polietileno PEAD. Devem conter corpo totalmente fechado e pedal em aço galvanizado resistentes a corrosão e ações do tempo. Dimensões Externas: 100,0 x 59,0 x 74,0 cm. Capacidade: 240L. Peso: 14,600Kg. Material: Polipropileno PP ou Polietileno PEAD. Cor: Branco. Cota Principal	Und	2.850	R\$ 462,96	R\$ 1.319.436,00
162	Lixeira contêiner com Pedal e Rodas 240L: Produzida em Polipropileno PP ou Polietileno PEAD. Devem conter corpo totalmente fechado e pedal em aço galvanizado resistentes a corrosão e ações do tempo. Dimensões Externas: 100,0 x 59,0 x 74,0 cm. Capacidade: 240L. Peso: 14,600Kg. Material: Polipropileno PP ou Polietileno PEAD. Cor: Branco. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	150	R\$ 462,96	R\$ 69.444,00
163	Lixeira contêiner com Pedal e Rodas 500L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares.Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados.Tampa articulada ao	Und	1.900	R\$ 1.205,00	R\$ 2.289.500,00

	próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 1,4 cmx138cmx80cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 250kg. Capacidade: 500L. Cor: branco. Cota Principal				
164	Lixeira contêiner com Pedal e Rodas 500L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 1,4 cmx138cmx80cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 250kg. Capacidade: 500L. Cor: branco. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 1.205,00	R\$ 120.500,00
165	Lixeira contêiner com Pedal e Rodas 1000L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 130cm x 137cm x 104cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 450kg. Capacidade: 1000L. Cor: branco. Cota Principal	Und	1.900	R\$ 1.427,00	R\$ 2.711.300,00
166	Lixeira contêiner com Pedal e Rodas 1000L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 130cm x 137cm x 104cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 450kg. Capacidade: 1000L. Cor: branco. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 1.427,00	R\$ 142.700,00
167	Contêiner com Pedal e Rodas 500L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 1,4 cmx138cmx80cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 250kg. Capacidade: 500L. Cor: Verde. Cota Principal	Und	1.900	R\$ 1.205,00	R\$ 2.289.500,00
168	Contêiner com Pedal e Rodas 500L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 1,4 cmx138cmx80cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 250kg. Capacidade: 500L. Cor: Verde. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	100	R\$ 1.205,00	R\$ 120.500,00
169	Contêiner com Pedal e Rodas 1000L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões	Und	1.425	R\$ 1.427,00	R\$ 2.033.475,00

	aproximadamente: 130cm x 137cm x 104cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 450kg. Capacidade: 1000L. Cor: Verde. Cota Principal				
170	Contêiner com Pedal e Rodas 1000L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 130cm x 137cm x 104cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 450kg. Capacidade: 1000L. Cor: Verde. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	75	R\$ 1.427,00	R\$ 107.025,00
171	Contêiner com Pedal e Rodas 500L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 1,4 cmx138cmx80cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 250kg. Capacidade: 500L. Cor: vermelha Cota Principal	Und	1.425	R\$ 1.205,00	R\$ 1.717.125,00
172	Contêiner com Pedal e Rodas 500L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 1,4 cmx138cmx80cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 250kg. Capacidade: 500L. Cor: vermelha Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	75	R\$ 1.205,00	R\$ 90.375,00
173	Contêiner com Pedal e Rodas 1000L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 130cm x 137cm x 104cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 450kg. Capacidade: 1000L. Cor: Vermelha. Cota Principal	Und	1.425	R\$ 1.427,00	R\$ 2.033.475,00
174	Contêiner com Pedal e Rodas 1000L: Produzido em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV para evitar o desbotamento da cor sob efeito dos raios solares. Sua superfície é lavável e impermeável, de forma a não permitir o vazamento de líquidos e seus cantos internos são arredondados. Tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento na cor preta, dreno inferior incorporado ao corpo para escoamento de líquidos. Dimensões aproximadamente: 130cm x 137cm x 104cm (Altura x Comprimento x Largura), Capacidade de carga: 450kg. Capacidade: 1000L. Cor: Vermelha. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	75	R\$ 1.427,00	R\$ 107.025,00
175	Lixeira com pedal 25L: Lixeira de pedal, corpo e tampa em polietileno de alta densidade, rígido, resistente a punctura, ruptura, vazamento e ao tombamento, tampa com acionamento em pedal, haste de aço galvanizado, dimensões aproximadas: altura 57 cm, largura 37 cm, comprimento 34,5 cm, cor branca, características adicionais: cantos	Und	3.325	R\$ 34,99	R\$ 116.341,75

	arredondados, resistente e de fácil limpeza, de acordo com legislação vigente (conama e anvisa), capacidade de 25 litros. Cota Principal				
176	Lixeira com pedal 25L: Lixeira de pedal, corpo e tampa em polietileno de alta densidade, rígido, resistente a punctura, ruptura, vazamento e ao tombamento, tampa com acionamento em pedal, haste de aço galvanizado, dimensões aproximadas: altura 57 cm, largura 37 cm, comprimento 34,5 cm, cor branca, características adicionais: cantos arredondados, resistente e de fácil limpeza, de acordo com legislação vigente (conama e anvisa), capacidade de 25 litros. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	175	R\$ 34,99	R\$ 6.123,25
177	Lixeira com pedal 50L: Lixeira de pedal, corpo e tampa em polietileno de alta densidade, rígido, resistente a punctura, ruptura, vazamento e ao tombamento, tampa com acionamento em pedal, haste de aço galvanizado, dimensões aproximadas: altura 71 cm, largura 44,5 cm, comprimento 37 cm, cor branca, características adicionais: cantos arredondados, resistente e de fácil limpeza, de acordo com legislação vigente (conama e anvisa), capacidade de 50 litros. Cota Principal	Und	3.325	R\$ 92,00	R\$ 305.900,00
178	Lixeira com pedal 50L: Lixeira de pedal, corpo e tampa em polietileno de alta densidade, rígido, resistente a punctura, ruptura, vazamento e ao tombamento, tampa com acionamento em pedal, haste de aço galvanizado, dimensões aproximadas: altura 71 cm, largura 44,5 cm, comprimento 37 cm, cor branca, características adicionais: cantos arredondados, resistente e de fácil limpeza, de acordo com legislação vigente (conama e anvisa), capacidade de 50 litros. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	175	R\$ 92,00	R\$ 16.100,00
179	Lixeira com pedal 100L: Lixeira de pedal, corpo e tampa em polietileno de alta densidade, rígido, resistente a punctura, ruptura, vazamento e ao tombamento, tampa com acionamento em pedal, haste de aço galvanizado, dimensões aproximadas: altura 92 cm, largura 57 cm, comprimento 46 cm, cor branca, formato retangular ou quadrado; características adicionais: cantos arredondados, resistente e de fácil limpeza, de acordo com legislação vigente (conama e anivsa), capacidade de 100 litros. Cota Principal	Und	3.800	R\$ 198,00	R\$ 752.400,00
180	Lixeira com pedal 100L: Lixeira de pedal, corpo e tampa em polietileno de alta densidade, rígido, resistente a punctura, ruptura, vazamento e ao tombamento, tampa com acionamento em pedal, haste de aço galvanizado, dimensões aproximadas: altura 92 cm, largura 57 cm, comprimento 46 cm, cor branca, formato retangular ou quadrado; características adicionais: cantos arredondados, resistente e de fácil limpeza, de acordo com legislação vigente (conama e anivsa), capacidade de 100 litros. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	200	R\$ 198,00	R\$ 39.600,00
181	Escova Plástica Com Suporte Para Limpar Vaso Sanitário: Seu formato permite a limpeza de cantos difíceis, com suporte para facilitar armazenamento. Material do cabo e suporte: Plástico Polipropileno. Material das cerdas: Plástico Polietileno. Materiais livres de BPA Dimensões do suporte: 9cmX9cm (diâmetro x altura), dimensões da escova + cabo: 34,5cmx11,5cm (diâmetro x altura).d Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 4,80	R\$ 24.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 76.620.910,00

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (...)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022-CPL/SESAPI.
PROCESSO SEI 00012.002628/2021-43

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38, com sede à Av. Pedro Freitas, s/nº, bloco A, bairro São Pedro, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64.018-900, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **ANTÔNIO NERIS MACHADO JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº XXX.XXX SSP-PI, CPF nº 926.670.823-20, tendo em vista a homologação do **Pregão Eletrônico nº 39/2022-CPL/SESAPI**, para Registro de Preços indicado em epígrafe, conforme despacho exarado no Processo **SEI 00012.002628/2021-43**, vinculado ao Parecer Jurídico PGE/PLC nº 38/2022, e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 6.301/2013, bem como com os Decretos Estaduais nºs 11.319/2004 e 15.093/2013, **RESOLVE** registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital e em conformidade com as disposições a seguir:

01. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **ANTISSÉPTICOS, SANEANTES E CORRELATOS**, especificado(s) no do Termo de Referência anexo do edital de **Pregão Eletrônico nº XX/2022-CPL/SESAPI**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

02. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. Não houve formação de cadastro de reserva na licitação que deu origem à presente Ata de Registro de Preços.

03. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será a Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI, conforme delegação específica emitida para tal fim pela Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí – SEADPREV, por meio da Portaria GAB. SEADPREV Nº 025/2022-SEADPREV, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 027, de 8º de Fevereiro de 2022.

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

04. VALIDADE DA ATA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de publicação deste instrumento, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja interesse da Administração e aceitação da parte, conforme art. 3º da Lei Estadual 6.301/2013 e art. 11º do Decreto Estadual 11.319/2004.

4.2. A ausência de manifestação do fornecedor dentro do prazo legal, quando instado a se manifestar pela Administração sobre a prorrogação da ata, significará concordância com a referida prorrogação, para os fins do art. 3º, §1º, inciso III, da Lei Estadual nº 6.301/13, conforme Parecer PGE/PLC Nº 1727/2019, de 02 de Setembro de 2019, exarado pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

05. REVISÃO DE PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA

5.1. Todos os preços registrados serão publicados trimestralmente no Diário Oficial do Estado, para orientação geral da Administração e servirão de base para conferência dos preços praticados no mercado local.

5.2. Durante a vigência da ata os preços registrados poderão ser revisados quando os praticados no mercado sofrerem redução ou tornarem-se superiores aos registrados por motivo superveniente, cabendo ao órgão controlador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao normalmente praticado no mercado, o órgão controlador deverá proceder da seguinte forma:

5.3.1. Deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua regular adequação aos preços de mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação o fornecedor deverá ser liberado dos compromissos assumidos;

5.3.3. Convocará os demais fornecedores registrados, se houver, visando igual oportunidade de negociação.

5.4. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no edital para a variação do valor contratual.

5.5. Nos termos do art. 29 do Decreto Estadual nº 11.319/2004, o fornecedor deverá ter seu registro cancelado quando:

5.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.5.2. Não comparecer para retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.5.4. Tiver presentes razões de interesse público;

5.5.5. Der causa a rescisão administrativa por qualquer dos motivos previstos no art. 78, da Lei n. 8.666/93.

5.6. Caberá ao órgão controlador, em despacho fundamentado da autoridade competente, cancelar o registro, desde que nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

5.7. No caso da existência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, desde que possam comprometer a execução contratual, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do registro de seus preços.

5.7.1. O prazo de solicitação de cancelamento do registro de preços, por parte do fornecedor, é de 30 dias.

5.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

06. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Os órgãos ou entes que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Secretaria de Administração e Previdência, na forma do art. 35, § 5º, V, da Lei Complementar Estadual nº 28/2003, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Caberá à Secretaria de Administração e Previdência autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

07. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Contrato.

7.2. Esta Ata não obriga a Administração a firmar contratações com o fornecedor, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos bens registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

7.3. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022-CPL/SESAPI.
PROCESSO 00012.002628/2021-43

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº (...) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA (...)

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38, com sede à Av. Pedro Freitas, s/nº, bloco A, bairro São Pedro, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64.018-900, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **ANTÔNIO NERIS MACHADO JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº XXX.XXX SSP-PI, CPF nº 926.670.823-20, e a empresa xxxxxxxxxxxxxx, com sede e foro na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxxxxxx, estabelecida à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, aqui representada por xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxx inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, portador (a) da carteira de identidade RG nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada abreviadamente CONTRATADA, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico nº 39/2022, conforme despacho exarado no Processo **SEI 00012.002628/2021-43**, vinculado ao Parecer Jurídico PGE/PLC nº 38/2022 e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica**, incluído o termo de referência que acompanha o edital, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição do objeto descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital do Pregão identificado no preâmbulo, e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na **Parte Específica**.

3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na **Parte Específica**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na **Parte Específica**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo previsto na **Parte Específica**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.4.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere o subitem anterior artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, situação na qual será responsabilizado o fiscal ou comissão responsável pela fiscalização.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo ocorrerá mediante termo circunstanciado ou recibo, conforme definido na **Parte Específica**.

3.6. Nos termos do art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, e art. 7º, 1º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013, o recebimento provisório ou definitivo de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será feito por comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, podendo a **Parte Específica** deste Contrato prever prazo inferior.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a aquisição/fornecimento do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM= I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 15.093/2013, arts. 5º e 6º:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, aplicando-se o índice IPCA-E, salvo se outro for definido na **Parte Específica** deste Contrato.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

6.4. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

6.5. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

6.6 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.8. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A **Parte Específica** poderá prever, em conformidade com o disposto no Edital, a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

8.2. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.4. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da contratante:

9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

10.1.1.1. As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Edital. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

10.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na **Parte Específica**.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na **Parte Específica**, o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo previsto na **Parte Específica**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 10.1.7. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.4. A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do fabricante conforme previsto na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.
- 12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.
- 12.2. Conforme art. 7º da Lei 10.520/2002, comete infração administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
- 12.2.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.
- 12.3. MULTA
- a)** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:
- a.1)** de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- a.2)** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- a.3)** de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- b).** Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
- b.1)** Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b.2)** Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- b.3)** Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
- c)** Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

c.1) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c.2) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.4. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

12.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.7. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.8. As sanções serão aplicadas, de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 11.319/2004, pela Contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

12.9. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 8.666/93:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

13.3.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei 10.520/02 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na Parte Específica, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2. A vigência do contrato somente poderá ser prorrogada nos seguintes casos, conforme art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, após a oitiva da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí:

a) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica																														
1.1	Processo SEI 00012.002628/2021-43 Espécie de Licitação: PREGÃO SRP, NA FORMA ELETRÔNICA																														
2.1	<p>O objeto do presente contrato é a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de ANTISSÉPTICOS, SANEANTES E CORRELATOS, conforme detalhamento abaixo:</p> <p>Discriminação do objeto:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ITEM</th> <th>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</th> <th>IDENTIFICAÇÃO</th> <th>UNIDADE DE MEDIDA</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>VALOR</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>3</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>...</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR	1						2						3						...					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR																										
1																															
2																															
3																															
...																															
3.1.	<p>O prazo de entrega dos bens é de 20 dias úteis, contados do(a) assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, no seguinte endereço Av. Pernambuco, nº 2464, Primavera, Teresina – PI. CEP: 64003-500. Em dias uteis e horário comercial de 08:00 às 14:00h mediante comunicação prévia.</p> <p>A contratada deverá executar a segunda entrega no prazo máximo de 90 dias úteis, a terceira no prazo máximo de 180 dias e a quarta entrega no prazo máximo de 270 dias a contar a partir da data da assinatura do contrato.</p>																														
3.2	(<input checked="" type="checkbox"/>) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 dias úteis , pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.																														
3.3	O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis , a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.																														
3.4	Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias úteis , contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.																														
3.5	(<input checked="" type="checkbox"/>) O recebimento ocorrerá mediante Termo Circunstanciado, conforme art. 7º, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013.																														
4.1.	O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).																														
5.1.	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias , contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou																														

	Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
6.1.1.	(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA-E, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.
7.1.	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de (20...), na classificação abaixo: Gestão/Unidade: (...) Fonte: (...) Programa de Trabalho: (...) Elemento de Despesa: (...) PI: (...)
8.1.	(X) Não será exigida garantia de execução da contratada.
9.3	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral , são deveres da CONTRATANTE: 1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos; 1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo; 1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido; 1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; 1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos; 2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
10.1.1.2	<i>O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.</i>
10.1.3	O objeto com avarias ou defeitos deverá ser (substituído/reparado) no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O produto, mesmo que tenha sido entregue e aceito, fica sujeito à substituição desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.
10.1.4.	Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.2.	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral , são deveres da CONTRATADA: 1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, lote, procedência e prazo de validade 2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; 4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 7. Entregar os bens com prazo de validade no mínimo 75% de sua validade plena igual ou superior a 12 (doze) meses, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA/MS.

	8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e qualquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do CONTRATO.
11.4.	(X) A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do no mínimo 12 (doze) meses da data de validade, salvo os produtos que tiverem o prazo de validade total inferior a um ano, neste caso na entrega os mesmos deverão ter no mínimo 70% da data de validade.
12.1.1	<p>Sem prejuízo das penalidades previstas na Parte Geral deste Contrato, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato; 1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 1.5. Cometer fraude fiscal; 2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; <ol style="list-style-type: none"> 2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência. 2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. 4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que: <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. <ol style="list-style-type: none"> 6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil. 8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

	<p>10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.</p> <p>11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.</p> <p>12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.</p>
15.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses , contados a partir do recebimento definitivo, computando-se as datas de execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual, conforme o caso, nos termos do art. 55, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993..

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina (PI), ___ de _____ de 2022.

(NOME DA AUTORIDADE)

ÓRGÃO

CONTRATANTE

(EMPRESA)

(REPRESENTANTE – CARGO)

CONTRATADA

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

À Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI,

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022** – Comissão Permanente de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: REPRESENTANTE E CARGO: CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PROPOSTA DE PREÇO

Item	Descrição do Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Valor total da proposta: R\$ (por extenso)

*** Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência**

2.2. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3. A entrega é será realizada de acordo com a necessidade estabelecida pela SESAPI no prazo de 20 dias úteis, contados do(a) assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho, de forma parcelada, no seguinte endereço Av. Pernambuco, nº 2464, Primavera, Teresina – PI. CEP: 64003-500. Em dias uteis e horário comercial de 08:00 às 14:00h mediante comunicação prévia.

2.4. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.), cotados separados e incidentes sobre a prestação de serviços.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**REFERÊNCIA:****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022 – CPL/SESAPI.****PROCESSO 00012.002628/2021-43****DECLARAÇÃO**

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita (o) no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022-CPL/SESAPI, que tem por objeto é o **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **ANTISSÉPTICOS, SANEANTES E CORRELATOS**, em cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, DECLARA, sob as penalidades da lei, **expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.**

LOCAL / DATA

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG / CPF

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

REFERÊNCIA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022 – CPL/SESAPI.

PROCESSO 00012.002628/2021-43

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita (o) no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022-CPL/SESAPI, que tem por objeto é o **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **ANTISSÉPTICOS, SANEANTES E CORRELATOS**, em cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, DECLARA, sob as penalidades da lei, **expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº123, de 14 e dezembro de 2006.**

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME:

RG / CPF:

ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**REFERÊNCIA:****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022 – CPL/SESAPI.****PROCESSO 00012.002628/2021-43**

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2021-CPL/SESAPI, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL / DATA

-

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME:

RG / CPF:

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88.**REFERÊNCIA:****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022 – CPL/SESAPI.****PROCESSO 00012.002628/2021-43**

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrito (a) no CNPJ sob o nº _____, sediada à- _____ (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz:

() SIM

() NÃO

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME:

RG / CPF:



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO NÉRIS MACHADO JÚNIOR - Matr.360384-9, Secretário de Estado da Saúde**, em 05/08/2022, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5062346** e o código CRC **7909665E**.